



**Rio
Energy**

Rio Energy Participações S.A

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanço patrimonial.....	2
Demonstração do resultado.....	4
Demonstração do resultado abrangente.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	9



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e acionistas da
Rio Energy Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Energy Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 28 de março de 2024, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos'.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC RJ-093771/O

Balanço patrimonial (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	29.763	220	287.115	194.521
Depósitos vinculados	9	-	-	28.139	34.292
Contas a receber	6	295	1.396	24.587	35.031
Impostos a recuperar	7	827	26	2.876	222
Adiantamentos		1.867	132	2.405	611
Despesas antecipadas	8	2	155	4.399	3.010
Partes relacionadas	10	74	-	-	-
Dividendos a receber	10	7.861	11.156	-	-
Total do circulante		40.689	13.085	349.521	267.687
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos vinculados	9	-	-	42.931	34.543
Despesas antecipadas	8	-	-	-	3.900
Impostos a recuperar	7	1.098	2.593	2.214	3.819
Depósitos judiciais		-	-	1.879	124
Contas a receber	6	-	-	-	888
		1.098	2.593	47.024	43.274
Investimentos	10	619.425	486.305	-	-
Imobilizado	11	758	2.208	1.193.141	1.130.930
Intangível	12	-	-	119.190	89.735
		620.183	488.513	1.312.331	1.220.665
Total do não circulante		621.281	491.106	1.359.355	1.263.939
Total do Ativo		661.970	504.191	1.708.876	1.531.626

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Balanço patrimonial (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	46.512	67.376
Fornecedores e outras obrigações	13	3.190	1.770	34.424	13.332
Obrigações fiscais e trabalhistas	17	15.042	16.366	22.382	24.870
Adiantamentos de clientes	18	-	-	7.826	-
Passivos de arrendamento	16	207	837	4.939	5.357
Debêntures	15	-	-	3.634	3.465
Provisão de ressarcimento regulatório	19	-	-	-	2.787
Total do circulante		18.439	18.973	119.717	117.187
Não circulante					
Fornecedores e outras obrigações	13	-	-	-	11.718
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	693.849	708.929
Debêntures	15	-	-	145.467	142.080
Passivos de arrendamento	16	-	183	39.630	41.445
Provisão de ressarcimento regulatório	19	-	-	31.443	-
Provisão para desmobilização	23	-	-	21.000	17.189
Provisões socioambientais	22	-	-	6.103	6.869
Tributos diferidos	21	-	-	6.652	-
Obrigações fiscais e trabalhistas	17	2.923	6.319	4.407	7.360
Contingência trabalhista		-	-	-	133
Total do não circulante		2.923	6.502	948.551	935.723
Total do passivo		21.362	25.475	1.068.268	1.052.910
Patrimônio líquido					
Capital social	24	698.589	690.598	698.589	690.598
Ajuste de avaliação Patrimonial		(9.241)	(9.241)	(9.241)	(9.241)
Prejuízos acumulados		(48.740)	(202.641)	(48.740)	(202.641)
Total do Patrimônio Líquido		640.608	478.716	640.608	478.716
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		661.970	504.191	1.708.876	1.531.626

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio Energy Participações S.A.



Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Operações continuadas					
Receita líquida	26	5.097	1.197	250.582	394.961
Custos da energia vendida	27	-	-	(101.056)	(224.873)
Lucro bruto		5.097	1.197	149.526	170.088
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	28	(74.733)	(82.499)	(103.609)	(110.492)
Resultado de equivalência patrimonial	10	18.384	48.636	-	-
Outras receitas operacionais		2	-	24	87
Resultado operacional		(51.250)	(32.666)	45.941	59.683
Receitas financeiras		3.024	5.417	31.584	31.017
Despesas financeiras		(514)	(13.621)	(111.992)	(116.520)
Resultado financeiro	29	2.510	(8.204)	(80.408)	(85.503)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(48.740)	(40.870)	(34.467)	(25.820)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	30	-	-	(14.273)	(15.050)
Imposto de renda e contribuição social correntes			-	(14.273)	(15.050)
Prejuízo do exercício das operações continuadas		(48.740)	(40.870)	(48.740)	(40.870)
Operações descontinuadas					
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas	25	-	23.267	-	23.267
Prejuízo do exercício		(48.740)	(17.603)	(48.740)	(17.603)
Operações continuadas					
Prejuízo do exercício básico por ação (R\$)		(0,024)	(0,026)	(0,024)	(0,026)
Prejuízo do exercício diluído por ação (R\$)		(0,024)	(0,026)	(0,024)	(0,026)
Operações descontinuadas					
Lucro (prejuízo) do exercício básico por ação (R\$)		-	0,015	-	0,015
Lucro (prejuízo) do exercício diluído por ação (R\$)		-	0,015	-	0,015

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	(48.740)	(17.603)	(48.740)	(17.603)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(48.740)	(17.603)	(48.740)	(17.603)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	24	1.086.168	1.251	(185.038)	902.381
Aumento de capital	24.2	1.121.059	-	-	1.121.059
Redução de capital mediante a entrega de ações à única acionista	24.1.	(1.516.629)	(10.492)	-	(1.527.121)
Prejuízo do exercício		-	-	(17.603)	(17.603)
Em 31 de dezembro de 2023	24	690.598	(9.241)	(202.641)	478.716
Aumento de capital	24.2	210.632	-	-	210.632
Redução de capital	24.2	(202.641)	-	202.641	-
Prejuízo do exercício		-	-	(48.740)	(48.740)
Em 31 de dezembro de 2024	24	698.589	(9.241)	(48.740)	640.608

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social, incluindo operações descontinuadas	(48.740)	(17.603)	(48.740)	17.357
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	(18.384)	(71.902)	-	-
Juros provisionados - empréstimos e financiamentos	-	8.740	69.837	156.894
Juros provisionados - debêntures	-	-	19.186	24.791
Contas a receber regulatório	-	-	888	-
Amortização dos custos de transação empréstimos, financiamentos e debêntures	-	3.448	1.848	12.692
Juros arrendamento	63	93	3.233	7.942
Depreciação e amortização	2.065	967	52.086	106.816
Baixa de imobilizado	-	-	175	5.884
Baixa do custo de transação	-	-	3.900	-
Provisão - compra de energia	-	-	-	18.967
Provisão de ressarcimento regulatório	-	-	31.443	22.493
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD	-	-	-	-
Atualização financeira desmobilização (AVP)	-	-	2.614	3.275
Provisão para contingências	-	-	(133)	133
Venda de energia	-	-	(11.718)	-
Outros	44	(1)	42	189
Variação dos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	1.102	(1.396)	10.444	(12.292)
Impostos a recuperar	694	609	(1.049)	(6.529)
Adiantamentos	(1.735)	53	(1.794)	438
Despesas antecipadas	153	(49)	(1.389)	(5.714)
Depósitos vinculados - operacional	-	-	6.153	(19.435)
Depósitos judiciais	-	-	(1.755)	75
Fornecedores e outras obrigações	1.420	1.025	(3.142)	27.397
Obrigações fiscais e trabalhistas	(4.720)	13.509	6.208	16.301
Provisão para ressarcimento regulatório	-	-	(2.787)	(53)
Partes relacionadas	(74)	-	-	(314)
Adiantamento de clientes	-	-	7.826	600
Tributos diferidos	-	-	6.653	(4.484)
Provisões socioambientais	-	-	(767)	(183)
Outros	-	-	-	(268)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	(68.112)	(62.507)	149.262	372.972
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(11.650)	(31.502)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(68.112)	(62.507)	137.612	341.470

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(195)	(288)	(85.625)	(407.150)
Aquisição de intangível	-	-	(32.592)	(7.449)
Opção de compra em investimentos	-	1.688	-	1.688
Depósitos vinculados	-	-	(8.388)	-
Aumento de capital em controladas	(102.391)	(704.292)	-	-
Dividendos recebidos	11.156	52.811	-	-
Aquisição de investimentos	(20.250)	(5.969)	-	(5.969)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(111.680)	(656.050)	(126.605)	(418.880)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	-	-	-	86
Aumento de capital	210.631	1.121.059	210.631	1.121.059
Liquidação de empréstimos e financiamentos (principal e juros)	-	(424.744)	(123.258)	(901.268)
Liquidação de debêntures (principal e juros)	-	-	-	(21.616)
Recuperação da debênture	-	-	-	-
Custo de transação empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	(2.000)
Depósito vinculados (caixa restrito)	-	-	-	32.838
Arrendamentos	(1.296)	(1.296)	(5.786)	(10.647)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	209.335	695.019	81.587	218.452
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	29.543	(23.538)	92.594	141.042
Redução do Caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas	-	-	-	(374.917)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	220	23.758	194.521	428.396
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	29.763	220	287.115	194.521
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	29.543	(23.538)	92.594	141.042

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Rio Energy Participações S.A. ("Rio Energy Participações" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jardim Botânico 518, sala 501, Jardim Botânico, constituída em 14 de agosto de 2020.

A Rio Energy Participações S.A. e suas controladas ("Grupo") é uma plataforma integrada de geração de energia renovável e tem como objeto social, o desenvolvimento, a construção, a exploração, a comercialização, a participação em e a operação de ativos de geração de energia elétrica no Brasil.

1.2. Principais eventos ocorridos em 2024

Aprovação da Decisão Final de Investimento (FID) de São Conrado

Nos dias 05 e 06 de junho de 2024 o Conselho de Administração da Rio Energy Participações aprovou o Final Investment Decision (FID) para execução do projeto Solar Serra da Babilônia (SDB Solar). O FID corresponde à etapa final de aprovação do investimento para construção do projeto, após cumprimento e aprovação de todos os requisitos necessários para início da implantação.

A construção do projeto iniciou em setembro de 2024 e tem operação comercial prevista para o final de 2025.

Combinação de negócios – aquisição da Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos 02 S.A

No dia 26 de junho de 2024, a Rio Energy Participações S.A. (adquirente) assinou contrato de compra e venda de ações e outras avenças, para a compra de 100% do capital total e votante da Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos 02 S.A. pelo valor total de R\$ 20.250. Essa transação gerou um ágio de R\$ 6.652, vide nota 10.

Cisão parcial da Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos 02 LTDA

Em 01 de setembro de 2024, foi aprovada a cisão parcial da Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos 02 LTDA, com a transferência de parcela do acervo cindido para oito novas sociedades anônimas: Solar Luzeiro X S.A., Solar Luzeiro XI S.A., Solar Luzeiro XII S.A., Solar Luzeiro XIII S.A., Solar Luzeiro XIV S.A., Solar Luzeiro XV S.A., Solar Luzeiro XVI S.A. e Solar Luzeiro XVIII S.A.

Destituição e eleição de diretoria (CEO)

Em 13 de setembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela destituição de Marcos Ferreira Meireles do cargo de Diretor Presidente (CEO). Na mesma data, Robert Louis Colindres,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

anteriormente nomeado Diretor de Relação com Investidores, foi designado para o cargo de Diretor Presidente (CEO).

Descontinuidade do contrato de financiamento de São Conrado

Em 31 de janeiro de 2023 foram assinados, entre as controladas da companhia do Grupo São Conrado e o Banco do Brasil /SUDENE, os contratos de financiamento de longo prazo no valor total de R\$ 299 milhões pelo prazo de 20 anos, ao custo de IPCA + 3,0747% a.a.. Antes mesmo da ocorrência do primeiro desembolso, em 14 de novembro de 2024, seguindo determinação da sua acionista majoritária, Equinor Renewables Brazil BV, foi solicitado o cancelamento do contrato.

Descontinuidade do contrato de financiamento de Urca

Em 28 de dezembro de 2022 foram assinados, entre as controladas do Grupo Urca e o Banco do Nordeste – BNB, os contratos de financiamento de longo prazo no valor total de R\$ 300 milhões pelo prazo de 24 anos, ao custo de IPCA + 4,3583% a.a. x 0,85 de bônus. Antes mesmo da ocorrência do primeiro desembolso, em 12 de novembro de 2024, seguindo determinação da sua acionista majoritária, Equinor Renewables Brazil BV, foi solicitado o cancelamento do contrato de financiamento.

1.3. Projetos de geração de energia eólica

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui um ativo de geração de energia eólica em operação, com capacidade total instalada para geração de 223,250MW*.

*Não auditado pelos auditores independentes

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo no ambiente regulado e respectivas autorizações outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração de geração de energia eólica:

Companhias	Contrato / Leilão	Data da publicação da portaria MME	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade Instalada (MW*)	Energia vendida (MW médio*)
Eólica Serra da Babilônia II	LER 09/2015	09/05/2016	35 anos	12	28,20	16,100
Eólica Serra da Babilônia VI	LER 09/2015	25/05/2016	35 anos	11	25,85	13,200
Eólica Serra da Babilônia VII	LER 09/2015	25/05/2016	35 anos	12	28,20	14,400
Eólica Serra da Babilônia VIII	LER 09/2015	31/05/2016	35 anos	12	28,20	14,100
Eólica Serra da Babilônia IX	LER 09/2015	11/05/2016	35 anos	12	28,20	13,200
Eólica Serra da Babilônia X	LER 09/2015	31/05/2016	35 anos	12	28,20	14,100
Eólica Serra da Babilônia XI	LER 09/2015	25/05/2016	35 anos	12	28,20	15,500

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhias	Contrato / Leilão	Data da publicação da portaria MME	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade Instalada (MW*)	Energia vendida (MW médio*)
Eólica Serra da Babilônia XII *Não auditado pelos auditores independentes	LER 09/2015	31/05/2016	35 anos	12	28,20	15,800

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possui nenhum projeto eólico na modalidade de comercialização de venda de energia no ambiente livre.

1.3.1 Projetos de geração de energia fotovoltaica

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui entre ativos de geração de energia fotovoltaica em construção, capacidade total instalada para geração de 123,000MW*, localizados no Estado da Bahia. Além disso, a Rio Energy possui 436,850MWp* de projetos solares contratados em pré-construção (projetos em desenvolvimento).

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possui nenhum projeto solar na modalidade de comercialização de venda de energia no ambiente regulado.

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui os seguintes projetos solares na modalidade de comercialização de venda de energia no ambiente livre:

*Não revisado pelos auditores independentes

Companhias	Contrato/ Autorização	Data da publicação da REA/ANEEL	Prazo de autorização	Capacidade Instalada (MW*)
Solar São Conrado IV	REA 12941/2022	21/10/2022	35 anos	33,000
Solar São Conrado V	REA 12942/2022	21/10/2022	35 anos	33,000
Solar São Conrado VI	REA 12943/2022	21/10/2022	35 anos	33,000
Solar São Conrado VII	REA 12944/2022	21/10/2022	35 anos	24,000

1.3.1 Projetos em desenvolvimento

O Grupo analisa projetos com potencial de geração de energia solar e eólica, bem como parcerias que venham acelerar o desenvolvimento dessas fontes de energia, em linha com a transição energética que se configura em esfera mundial. O portfólio em desenvolvimento tem previsão de capacidade instalada adicional de aproximadamente 690,460MW*.

*Não revisado pelos auditores independentes

1.4. Controladores da Rio Energy Participações

A Controladora direta da Companhia é a Hórus investimentos S.A, sociedade por ações de capital fechado, constituída no Brasil em 12 de agosto de 2022, que até 3 de novembro de 2023 era controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

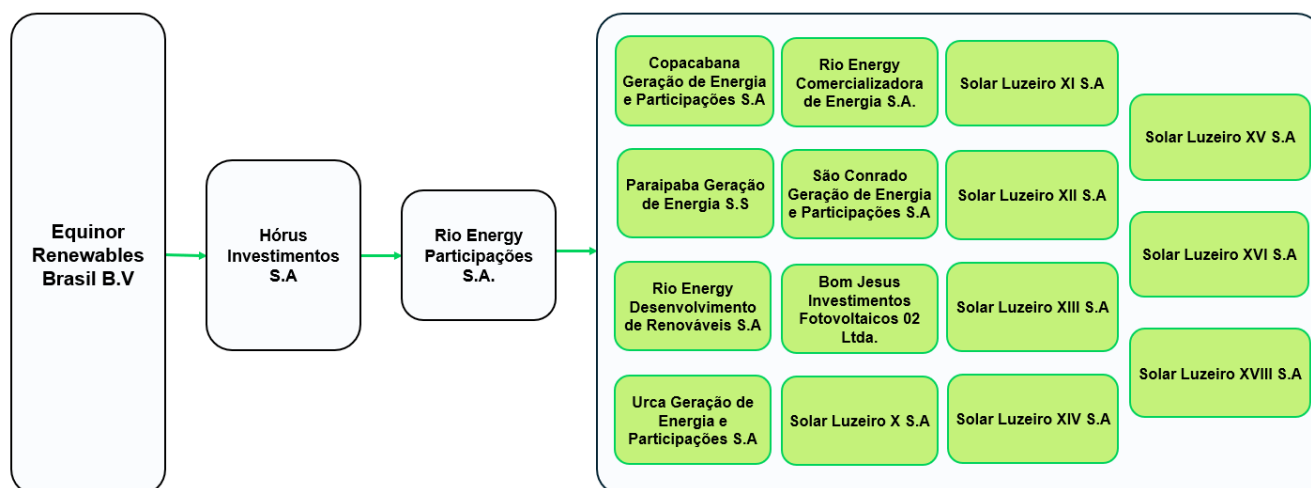
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pelo Rio Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP I”) e pelo Rio Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia II (“FIP II”).

Em 20 de julho de 2023, o FIP I e o FIP II, acionistas da Hórus Investimentos S.A, assinaram um acordo de venda com a Equinor Renewables Brazil B.V, com sede em Rotterdam, Países Baixos, incluindo a Companhia e suas controladas.

Em 3 de novembro de 2023, após todas as aprovações regulatórias e de credores necessárias, os fundos “FIP I” e “FIP II” venderam a totalidade das ações da Hórus Investimentos S.A., controladora indireta da Companhia para a Equinor Renewables Brazil B.V. . A Equinor Renewables Brazil B.V é controlada pela Equinor ASA Norway.

Abaixo atual estrutura da Companhia, incluindo as Companhias do Consolidado:



1.5. Continuidade operacional

A Companhia conta com o suporte financeiro irrestrito de seu controlador para suprir suas eventuais necessidades de capital de giro. A administração entende que as atuais projeções de fluxos de caixa operacional e de investimento, juntamente com ingressos de caixa decorrentes do aumento das operações comerciais do Grupo por meio dos contratos de energia já formalizados, serão suficientes para a manutenção do capital de giro da Companhia e mitigam qualquer incerteza significativa sobre a capacidade da Companhia e suas controladas continuar suas atividades nos próximos doze meses, bem como a liquidação dos contratos de financiamentos e demais obrigações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Vale lembrar que o Grupo trabalha com uma política de caixa conservadora, que busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de primeira linha e em operações com baixo risco de crédito.

2. Companhias do Consolidado

2.1. Demonstrações Consolidadas

Essas demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, contemplam as seguintes Companhias:

Controladas diretas	Controladas indiretas	%Participação	
		31/12/2024	31/12/2023
Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.	(a) Eólica Serra da Babilônia II S.A.	100%	100%
	Eólica Serra da Babilônia VI S.A	100%	100%
	Eólica Serra da Babilônia VII S.A	100%	100%
	Eólica Serra da Babilônia VIII S.A	100%	100%
	Eólica Serra da Babilônia IX S.A	100%	100%
	Eólica Serra da Babilônia X S.A	100%	100%
	Eólica Serra da Babilônia XI S.A	100%	100%
	Eólica Serra da Babilônia XII S.A	100%	100%
São Conrado Geração de Energia e Participações S.A.	(b) Solar São Conrado I S.A.	100%	100%
	Solar São Conrado II S.A.	100%	100%
	Solar São Conrado III S.A.	100%	100%
	Solar São Conrado IV S.A.	100%	100%
	Solar São Conrado V S.A.	100%	100%
	Solar São Conrado VI S.A.	100%	100%
	Solar São Conrado VII S.A.	100%	100%
Paraipaba Geração de Energia S.A	(c) Eólica Paraipaba I S.A.	100%	100%
	Eólica Paraipaba II S.A.	100%	100%
	Eólica Paraipaba III S.A.	100%	100%
	Eólica Paraipaba IV S.A.	100%	100%
Rio Energy Comercializadora de Energia S.A.	(d) -	100%	100%
Rio Energy Desenvolvimento de Renováveis S.A.	(e) -	100%	100%
Urca Geração de Energia e Participações S.A.	(f) Solar Luzeiro I S.A	100%	100%
	Solar Luzeiro II S.A	100%	100%
	Solar Luzeiro III S.A	100%	100%
	Solar Luzeiro IV S.A	100%	100%
	Solar Luzeiro V S.A	100%	100%
	Solar Luzeiro VI S.A	100%	100%
Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos 02 Ltda	(g) -	100%	-
Solar Luzeiro X S.A	(h) -	100%	-
Solar Luzeiro XI S.A	(I) -	100%	-
Solar Luzeiro XI S.A	(J) -	100%	-
Solar Luzeiro XIII S.A	(k) -	100%	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas diretas		Controladas indiretas		%Participação	%Participação
				31/12/2024	31/12/2023
Solar Luzeiro XIV S.A	(l) -			100%	-
Solar Luzeiro XV S.A	(m) -			100%	-
Solar Luzeiro XVI S.A	(n) -			100%	-
Solar Luzeiro XVIII S.A	(o) -			100%	-

a) Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

A Copacabana Geração de Energia e Participações S.A. (“Copacabana”) é uma Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 20 de agosto de 2015 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 21 de setembro de 2015 e iniciou suas atividades como uma sociedade holding de projetos eólicos. Em fevereiro de 2016, passou a exercer o controle do Complexo Eólico Serra da Babilônia (conjuntamente, o “Grupo Copacabana”) composto por 8 (oito) parques eólicos com capacidade instalada total de 223,25* MW, localizados quase em sua totalidade no município de Morro do Chapéu, no Estado da Bahia.

Os projetos da Copacabana sagraram-se vencedores no âmbito do 8º Leilão de energia de reserva (2º LER de 2015) Edital nº 09/2015 promovido pela ANEEL. A contratação da energia de reserva foi criada para elevar a segurança no fornecimento de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN), com energia proveniente de usinas especialmente contratadas para esta finalidade seja de novos empreendimentos de geração ou de empreendimentos existentes. Tendo comercializado 116,10 MW* médio ao preço médio de R\$ 206,48 MWh*, a energia elétrica negociada neste leilão será objeto de Contratos de Energia de Reserva (CER) na modalidade “quantidade de energia”, com prazo de suprimento de 20 (vinte) anos.

b) São Conrado Geração de Energia e Participações S.A.

A São Conrado Geração de Energia e Participações S.A. (“Companhia”), localizada na rua Jardim Botânico nº 518, sala 501, Jardim Botânico, CEP 22.461-000, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações, constituída em 2 de outubro de 2018, regida pelo seu Estatuto Social e pela Lei nº 6.404/76.

A Companhia faz parte do Grupo Rio Energy, uma plataforma de investimento fundada em 2012, com foco no desenvolvimento, construção e operação de ativos de geração de energia renovável no Brasil. Seu objeto é a exploração e ou participação do ramo de geração de energia elétrica de projetos de energia renovável.

Em 18 de junho de 2021, a Companhia e a Rio Energy Participações de Energia S.A. celebraram Instrumento Particular de transferência de ações, por meio do qual a Rio Energy Participações S.A. cedeu e transferiu para a Companhia 100% (cem por cento) das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da UFV Caetité S.A., no valor de R\$1.551. Na mesma data a denominação da UFV Caetité S.A. foi alterada para Solar São Conrado I S.A.

Ainda em junho de 2021 foram constituídas as seguintes Companhias: Solar São Conrado II S.A.; Solar São

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conrado III S.A.; Solar São Conrado IV S.A.; Solar São Conrado V S.A.; Solar São Conrado VI S.A.; e Solar São Conrado VII S.A. As Companhias são sociedades de propósito específico, cujo objeto social é a exploração do ramo de geração de energia solar como produtora independente, especificamente mediante a concepção, desenvolvimento, implantação, operação e administração dos projetos localizados na Bahia.

A São Conrado Geração de Energia e Participações S.A. investe na implantação dos projetos solares híbridos associados denominados Solar Caetité 1, 2 e 3 (75,82MWp*) e SdB Solar I, II, III e IV (131,04 MWp*), totalizando 206,86 MWp* de potência em fase pré-operacional.

Os projetos híbridos associados são resultantes da combinação de novos projetos solares fotovoltaicos com os projetos eólicos existentes de Caetité (54,40 MW), Caetité Norte (193,20 MWp*), Serra da Babilônia Fase 1 (223,25 MW*) e Serra da Babilônia Fase 3 (153,00* MW). O projeto de São Conrado é composto por um sistema de geração solar fotovoltaica, redes de média tensão e sistema de medição e faturamento individuais, que compartilharão física e contratualmente a infraestrutura elétrica e de conexão, e o uso da rede linha de transmissão das eólicas existentes, conforme estabelecido na Resolução Normativa 954/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A nova tarifa de uso do sistema de transmissão – TUST do conjunto eólico-solar será a média ponderada do montante de uso do sistema de transmissão – MUST contratado entre cada uma das usinas que compõe o conjunto eólico-solar.

A construção dos projetos SdB Solar I, II, III e IV iniciou em setembro de 2024 e tem operação comercial prevista para o final de 2025.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores ou financiamentos obtidos junto a instituições do mercado.

c) Paraipaba Geração de Energia S.A.

A Paraipaba Geração de Energia S.A. (“Paraipaba”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída no Brasil em 1º de março de 2011 e registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará em 6 de junho de 2011.

A Paraipaba faz parte do Grupo Rio Energy, que tem sua sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jardim Botânico 518, sala 501, fundado em 2012, uma plataforma integrada de geração de energia renovável que tem como objeto social, desenvolvimento, construção, exploração, comercialização, participação e operação de ativos de geração de energia elétrica no Brasil ou no exterior.

Em 22 de abril de 2020 foram constituídas as seguintes controladas: Eólica Paraipaba I S.A., Eólica Paraipaba II S.A., Eólica Paraipaba III S.A. e Eólica Paraipaba IV S.A. As controladas são sociedades de propósito específico, cujo objeto social é a exploração do ramo de geração de energia como produtora

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

independente, especificamente mediante a concepção, desenvolvimento, implantação, operação, administração dos projetos localizados no município de Paraipaba, Estado do Ceará.

Em 31 de dezembro de 2024, a Paraipaba se manteve em fase pré-operacional. A Administração da Paraipaba entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

d) Rio Energy Comercializadora de Energia S.A.

A Rio Energy Comercializadora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Rio Energy Comercializadora”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída no Brasil em 23 de agosto de 2012 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 30 de agosto de 2012 e tem por objetivo viabilizar a oferta de energia em fluxo constante para os clientes do Grupo Rio Energy, centralizando contratos bilaterais de venda de energia do Grupo. Como seu objetivo é a gestão do portfólio de energia do Grupo, considerando que os contratos firmados geralmente são de longo prazo e pressupõem que o comprador fará uso final da energia (usuário final), suas operações podem ser classificadas na categoria Wholesale – Portfólio de Atacado. A Rio Energy Comercializadora não tem por modelo de negócios atual obter ganhos com a variação de preço da energia - realização de trading.

A Rio Energy Comercializadora obteve registro junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para se tornar agente em 13 de abril de 2021, na reunião do CAD nº 1189, autorizando início de operação a partir de 01 de abril de 2021. Em 27 de abril de 2021, com base na Assembleia Geral Extraordinária, ocorreu a alteração da denominação social da Companhia de Rio Energy Projetos de Energia S.A para Rio Energy Comercializadora de Energia S.A.

A Companhia opera no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e em 2024 manteve apenas um contrato de venda de energia para suprimento de energia de maneira a devolver, pelo mesmo volume de energia e preço, a energia adquirida da mesma contraparte em anos anteriores.

e) Rio Energy Desenvolvimento de Renováveis S.A.

A Rio Energy Desenvolvimento de Renováveis S.A. (“REDR”) é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, Lei nº 6.404/76, e constituída no Brasil em 19 de abril de 2013 e registrada, em 14 de maio de 2013, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. A REDR tem por objeto social a identificação, aquisição e/ou desenvolvimento de empreendimentos no setor elétrico e/ou negócios correlatos, bem como a participação em sociedades detentoras de (ou constituídas com o propósito de administrar) empreendimentos e/ou negócios correlatos do setor elétrico, ou a participação no capital de outras sociedades empresárias ou não empresárias, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2024, a REDR se manteve em fase pré-operacional. A Administração da REDR entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Urca Geração de Energia e Participações S.A.

A Urca Geração de energia e Participações S.A. (“Companhia”), localizada na rua Jardim Botânico nº 518, sala 501, Rio de Janeiro, CEP 22.461-000, Estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, e pela Lei nº 6.404/76, constituída em 17 de julho de 2019 e registrada na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso em 7 de julho de 2019.

A Companhia faz parte do Grupo Rio Energy (“Grupo”), uma plataforma de investimento fundada em 2012, com foco no desenvolvimento, construção e operação de ativos de geração de energia renovável no Brasil. Seu objeto social é a exploração e participação do ramo de geração de energia elétrica de projetos de energia renovável.

Em 4 de janeiro de 2022 foi aprovada a constituição das controladas Solar Luzeiro I S.A, Solar Luzeiro II S.A, Solar Luzeiro III S.A, Solar Luzeiro IV S.A, Solar Luzeiro V S.A, Solar Luzeiro VI S.A e Solar Luzeiro VII S.A. As controladas são sociedades de propósito específico, cujo objeto social é a exploração do ramo de geração de energia solar como produtoras independentes, especificamente mediante a concepção, desenvolvimento, implantação, operação e administração dos projetos localizados na Bahia.

Através de suas controladas, o Grupo detém projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada prevista de 174,8 MWp*, com área total de 297,35 ha, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 6 empreendimentos, divididos entre três imóveis arrendados todos devidamente registrados, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas encontram-se em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas.

g) Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos 02 Ltda

A Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos 02 Ltda (Bom Jesus ou Empresa) é uma sociedade limitada constituída no Brasil em 23 de março de 2022.

Em 26 de junho de 2024, a Rio Energy Participações S.A., controladora da Companhia, celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças com os vendedores RZM Investimentos e Participações S.A., Fernando Esteves de Meneses e Mauro Cavalcanti de Albuquerque, pelo qual adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da Bom Jesus.

A Empresa tem por objeto social o desenvolvimento, implantação, exploração, geração, operação, comercialização de energia elétrica e distribuição de energia fotovoltaica, podendo para a consecução de seus interesses estudar e desenvolver projetos de geração de energia, requerer e registrar projetos perante a agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar em licitações junto ao poder concedente,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

formar consórcios com consumidores de energia e/ou investidores ou instituições financeiras e/ou concessionárias, elaborar projetos, captar recursos para financiamento dos projetos e obras afins.

A Empresa é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada total estimada de 225 MWp*, podendo chegar a 280 MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 9 empreendimentos, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Empresa entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

h) Solar Luzeiro X S.A

A Solar Luzeiro X S.A (companhia), é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, e pela Lei nº 6.404/76, constituída em 01 de setembro de 2024 e registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 6 de novembro de 2024.

A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, implantação, exploração, geração, operação, comercialização de energia elétrica e distribuição de energia fotovoltaica, podendo para a consecução de seus interesses estudar e desenvolver projetos de geração de energia, requerer e registrar projetos perante a agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar em licitações junto ao poder concedente, formar consórcios com consumidores de energia e/ou investidores ou instituições financeiras e/ou concessionárias, elaborar projetos, captar recursos para financiamento dos projetos e obras afins.

A Companhia é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada total estimada de 30 MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 9 empreendimentos, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

i) Solar Luzeiro XI S.A

A Solar Luzeiro XI S.A (companhia), é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, e pela Lei nº 6.404/76, constituída em 01 de setembro de 2024 e registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 6 de novembro de 2024.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, implantação, exploração, geração, operação, comercialização de energia elétrica e distribuição de energia fotovoltaica, podendo para a consecução de seus interesses estudar e desenvolver projetos de geração de energia, requerer e registrar projetos perante a agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar em licitações junto ao poder concedente, formar consórcios com consumidores de energia e/ou investidores ou instituições financeiras e/ou concessionárias, elaborar projetos, captar recursos para financiamento dos projetos e obras afins.

A Companhia é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada total estimada de 30 MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 9 empreendimentos, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

j) Solar Luzeiro XII S.A

A Solar Luzeiro XII S.A (companhia), é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, e pela Lei nº 6.404/76, constituída em 01 de setembro de 2024 e registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 6 de novembro de 2024.

A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, implantação, exploração, geração, operação, comercialização de energia elétrica e distribuição de energia fotovoltaica, podendo para a consecução de seus interesses estudar e desenvolver projetos de geração de energia, requerer e registrar projetos perante a agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar em licitações junto ao poder concedente, formar consórcios com consumidores de energia e/ou investidores ou instituições financeiras e/ou concessionárias, elaborar projetos, captar recursos para financiamento dos projetos e obras afins.

A Companhia é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada total estimada de 30 MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 9 empreendimentos, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

k) Solar Luzeiro XIII S.A

A Solar Luzeiro XIII S.A (companhia), é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, e pela Lei nº 6.404/76, constituída em 01 de setembro de 2024 e registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 6 de novembro de 2024.

A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, implantação, exploração, geração, operação, comercialização de energia elétrica e distribuição de energia fotovoltaica, podendo para a consecução de seus interesses estudar e desenvolver projetos de geração de energia, requerer e registrar projetos perante a agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar em licitações junto ao poder concedente, formar consórcios com consumidores de energia e/ou investidores ou instituições financeiras e/ou concessionárias, elaborar projetos, captar recursos para financiamento dos projetos e obras afins.

A Companhia é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada total estimada de 30 MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 9 empreendimentos, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

l) Solar Luzeiro XIV S.A

A Solar Luzeiro XIV S.A (companhia), é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, e pela Lei nº 6.404/76, constituída em 01 de setembro de 2024 e registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 6 de novembro de 2024.

A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, implantação, exploração, geração, operação, comercialização de energia elétrica e distribuição de energia fotovoltaica, podendo para a consecução de seus interesses estudar e desenvolver projetos de geração de energia, requerer e registrar projetos perante a agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar em licitações junto ao poder concedente, formar consórcios com consumidores de energia e/ou investidores ou instituições financeiras e/ou concessionárias, elaborar projetos, captar recursos para financiamento dos projetos e obras afins.

A Companhia é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada total estimada de 17 MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 9 empreendimentos, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

m) Solar Luzeiro XV S.A

A Solar Luzeiro XV S.A (companhia), é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, e pela Lei nº 6.404/76, constituída em 01 de setembro de 2024 e registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 6 de novembro de 2024.

A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, implantação, exploração, geração, operação, comercialização de energia elétrica e distribuição de energia fotovoltaica, podendo para a consecução de seus interesses estudar e desenvolver projetos de geração de energia, requerer e registrar projetos perante a agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar em licitações junto ao poder concedente, formar consórcios com consumidores de energia e/ou investidores ou instituições financeiras e/ou concessionárias, elaborar projetos, captar recursos para financiamento dos projetos e obras afins.

A Companhia é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada total estimada de 30 MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 9 empreendimentos, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

n) Solar Luzeiro XVI S.A

A Solar Luzeiro XVI S.A (companhia), é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, e pela Lei nº 6.404/76, constituída em 01 de setembro de 2024 e registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 6 de novembro de 2024.

A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, implantação, exploração, geração, operação, comercialização de energia elétrica e distribuição de energia fotovoltaica, podendo para a consecução de seus interesses estudar e desenvolver projetos de geração de energia, requerer e registrar projetos perante a agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar em licitações junto ao poder concedente, formar consórcios com consumidores de energia e/ou investidores ou instituições financeiras e/ou concessionárias, elaborar projetos, captar recursos para financiamento dos projetos e obras afins.

A Companhia é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada total estimada de 30 MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

complexo fotovoltaico é composto por 9 empreendimentos, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

o) Solar Luzeiro XVIII S.A

A Solar Luzeiro XVIII S.A (companhia), é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, e pela Lei nº 6.404/76, constituída em 01 de setembro de 2024 e registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 6 de novembro de 2024.

A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, implantação, exploração, geração, operação, comercialização de energia elétrica e distribuição de energia fotovoltaica, podendo para a consecução de seus interesses estudar e desenvolver projetos de geração de energia, requerer e registrar projetos perante a agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar em licitações junto ao poder concedente, formar consórcios com consumidores de energia e/ou investidores ou instituições financeiras e/ou concessionárias, elaborar projetos, captar recursos para financiamento dos projetos e obras afins.

A Companhia é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada total estimada de 17* MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 9 empreendimentos, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

*Não auditado pelos auditores independentes.

3. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**3.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis materiais adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade e são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Todas as informações relevantes às demonstrações financeiras consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia e suas controladas, conforme Orientação Técnica OCPC07.

Em 27 de março 2025, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício de 2024.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

3.3. Uso de estimativas e julgamentos críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário que a administração se baseie em estimativas e julgamentos para efetuar o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras.

Para apurar essas estimativas e as respectivas premissas, os diretores da Companhia utilizam as melhores informações disponíveis na data do balanço, revisam continuamente as estimativas e possuem experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia entende que as estimativas e premissas contábeis críticas contemplam o rol abaixo relacionado:

Estimativas e julgamentos significativos	Nota
Vida útil e análise dos valores residual e recuperável (" <i>impairment</i> ") do imobilizado e intangível	11 e 12
Arrendamentos: Determinação do prazo de arrendamento e da taxa de desconto	16
Provisão de ressarcimento regulatório	19
Provisões socioambientais	22
Provisões para desmobilização	23
Valor justo dos instrumentos financeiros	31
Provisão para contingências	32

3.4. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados verificados do mercado. Informações sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 31 - instrumentos financeiros, gestão de riscos e valores justos.

3.5. Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações financeiras da Companhia e de suas controladas (o “Grupo”). A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e os efeitos de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

3.5.1. Combinação de negócios na aquisição de investimentos

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor de livros do patrimônio líquido das sociedades adquiridas é reconhecida no investimento como: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida; e (ii) ágio, quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e, esta diferença, representa a expectativa de geração de valor futura.

A combinação de negócios é o método utilizado para o reconhecimento das aquisições de controle nos balanços consolidados. O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O ágio decorrente da combinação de negócios, o qual

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

é registrado no intangível, é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

3.6. Novos pronunciamentos contábeis

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.

Alterações no CPC 36 (R3) e CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações no CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações no CPC 26 (R1)	Passivo Não Circulante com Covenants
Alterações no CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1)	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações no CPC 06 (R2)	Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback"

A adoção dessas alterações de normas não resultou em impactos significativos demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

3.7 Alterações em normas emitidas, mas ainda não vigentes

Alterações no CPC 18 (R3) e ICPC 09	Aplicação de método de equivalência patrimonial para mensuração de investimento em controladas
Alterações no CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Definição de conceito de moeda conversível e orientação sobre procedimentos para moedas não conversíveis

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

4. Resumo das políticas contábeis materiais

Os diretores da Companhia consideram que as estimativas e políticas contábeis descritas abaixo são as mais relevantes para a elaboração de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estando consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- representam uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- são parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- são de uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

b) Instrumentos financeiros

b.1) Ativos financeiros

b.1.1) Políticas contábeis

A Companhia possui ativos e passivos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar a liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros e estão resumidas a seguir:

b.1.2) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (por meio do resultado); e
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b.1.3) Reconhecimento e desreconhecimento

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos, quando houver, são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

b.1.4) Mensuração dos ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos de acordo com a categoria de mensuração a seguir:

Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no exercício em que ocorrerem.

b.1.5) Impairment de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas.

A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na nota 4 item d.1.

b.1.6) Instrumentos financeiros derivativos

São mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado financeiro ou no imobilizado (quando em construção), exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de hedge, como hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações contratadas para proteção de suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

c) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação.

d) Depósitos vinculados (Conta reserva dos credores)

Refere-se à conta - corrente e aplicação financeira vinculada à parcela de curto prazo dos financiamentos do BNDES e das Debêntures de Infraestrutura, classificados no ativo não circulante e para os contratos de O&M, classificados no ativo circulante. Sua finalidade é atender os compromissos de operação e manutenção junto aos fabricantes dos Aerogeradores, bem como, atender às garantias dos financiamentos firmados, os quais permanecerão retidos até a final liquidação de todas as obrigações garantidas. São mantidos para atendimento às exigências contratuais e têm remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

e) Contas a receber de clientes

São registrados os valores a receber pelo faturamento da venda de energia e pela prestação de serviços relacionados à operação e manutenção de área compartilhada entre Complexos Eólicos.

O faturamento mensal é feito em uma única parcela. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e.1) PECLD - Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia utiliza estimativas para calcular a perda de crédito esperada para o contas a receber, baseadas em dias de atraso para agrupamentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. Esta estimativa baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observada pela Companhia para determinado agrupamento de contas a receber e é revisada prospectivamente para ajustá-la de acordo com a percepção histórica de risco de crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber de clientes são apresentadas como perdas por redução ao valor recuperável líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

f) Tributos sobre o lucro**f.1) Tributos correntes**

O imposto de renda e a contribuição social estão baseados no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes no final de cada exercício de relatório.

f.2) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos (quando aplicável) são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do balanço, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultam da forma pela qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f.3) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

f.4) ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em relação ao ICPC 22, a Companhia não adota nenhum procedimento contábil em desacordo com a legislação fiscal que possa oferecer risco de interpretação divergente por parte do fisco.

g) Despesas antecipadas

g.1) Seguros

São demonstradas pelos valores efetivamente contratados, deduzidos das amortizações incorridas até a data do balanço. As amortizações são registradas em contrapartida ao resultado.

g.2) Custos de transação

São custos financeiros incorridos para a obtenção de financiamentos, ainda não captados, relativo à viabilização de projetos em andamento.

Os custos de transação, enquanto não captados os recursos a que se referem, devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado deve ser reclassificado para a conta redutora, conforme a natureza da operação, tão logo seja concluído o processo de captação ou reconhecido como despesa no momento da desistência do processo de captação.

Concluído o processo de captação, os custos de transação são reclassificados para a conta redutora do passivo e os custos de transação serão apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

h) Provisões para custos socioambientais

A Companhia registrou a valor presente os custos com programas ambientais, como definido pela orientação OCPC 05. a Companhia registrou os custos ambientais futuros, decorrentes da Licença Prévia ("LP") e da Licença de Instalação ("LI") e programas ambientais, reconhecendo em seus ativos e passivos o valor presente das respectivas obrigações.

Trata-se de custos referentes à construção dos parques eólicos que serão realizados e desembolsados e desta forma foram provisionados no passivo circulante e não circulante tendo como contrapartida o ativo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

imobilizado, sendo depreciado a partir da entrada em operação comercial dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

i) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo gastos com equipamentos, materiais, pessoal, socioambientais, desmobilização de ativos e encargos financeiros de empréstimos, todos diretamente atrelados à construção dos parques eólicos, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A cada data de balanço, ou sempre que houver algum fato que requeira análise, a Companhia verifica se há indicação de que seus ativos tangíveis e intangíveis tenham sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável, providenciando os ajustes contábeis se necessários. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. O ativo imobilizado está composto principalmente por aerogerador, edificação, infraestruturas elétricas, obras civis e linha de transmissão, representando o complexo eólico, e é depreciado com base na vida útil do bem.

A Companhia revisa, ao final de cada exercício, se apropriado, os critérios utilizados para determinação da vida útil estimada do ativo imobilizado e para o cálculo da depreciação. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Ativos	Anos
Obras civis, edificação, aerogerador, linha de transmissão, infraestruturas elétricas	30
Máquinas e equipamentos (Computadores, periféricos etc.)	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

j) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os ativos intangíveis servidão de passagem e estudos e projetos possuem vinte anos de vida útil. O direito de uso de superfície possui 35 anos de vida útil.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O valor de servidão de passagem são contratos firmados com indivíduos proprietários de imóveis por onde passam estruturas dos parques eólicos. Os valores classificados na rubrica de "Estudos e projetos" referem-se aos ativos adquiridos conforme contrato de compra de ativos e/ou direitos com os desenvolvedores do projeto.

Os custos de "Servidão de Passagem" e "Estudos e Projetos" são amortizados linearmente pelo prazo de 20 anos, em linha com a vida útil dos ativos associados.

Os ativos consistem nos direitos de uso necessários para o desenvolvimento dos projetos eólicos, que estão em fase pré-operacional.

i) Provisões para desmobilização de ativos

No momento que um parque eólico entra em operação e quando há previsão contratual para desmobilização a Companhia provisiona os custos de desmobilização de ativos de geração, que serão incorridas pela Companhia no desmantelamento dos equipamentos e na restauração e recuperação dos terrenos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de mercado, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo.

A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

j) Arrendamentos

Os arrendamentos são reconhecidos pela Companhia, de acordo com o CPC 06 (R2) Arrendamentos, como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia.

Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o exercício do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

A Companhia está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o exercício do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

Os arrendamentos considerados relevantes pela administração da Companhia foram contabilizados de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

acordo com o CPC 06 - R2 - Arrendamentos, a partir de sua aplicação. Os impactos nas contabilizações dos arrendamentos estão detalhados na nota explicativa nº 16.

k) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

l) Fornecedores

A rubrica registra valores a pagar, com base em faturas recebidas e medições de obra, ou por estimativa, na ausência de documentação pertinente. Eles são, inicialmente, reconhecidos por valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com uso do método da taxa efetiva de juros.

m) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, com base em taxas de juros de mercado na data da transação.

n) Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

o) Provisão para ressarcimento regulatório

Os Contratos de Energia Nova celebrados entre o Grupo e as distribuidoras estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos (provisão para ressarcimento

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

regulatório passivo – quando aplicável) e positivos (contas a receber regulatório, nota explicativa nº5), com aplicação de penalidades ou receita extra.

p) Reconhecimento da receita**p.1) Venda de energia elétrica**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração e comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos, dos descontos e das provisões para ressarcimento (provisões efetuadas caso a geração de energia elétrica seja abaixo do contratado e a Companhia, conforme cláusulas contratuais, precisa restituir aos clientes).

Todas as contabilizações de receita com venda de energia da Companhia, quando incorridas, estão de acordo o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes.

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando a energia gerada é comercializada, mediante a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo preço contratado, conforme cláusulas contratuais.

A Companhia reconhece a receita quando atendidos os cinco passos do modelo de reconhecimento de receita do CPC 47 e quando seu respectivo valor puder ser mensurado com segurança.

Cinco etapas do reconhecimento da receita: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

p.2) Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

q) Despesas

Os registros feitos pela Companhia no exercício foram apurados em conformidade com o regime contábil de competência.

r) Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidas para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

s) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do grupo. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	15	6	651	211
Aplicações financeiras de liquidez imediata	29.748	214	286.464	194.310
Total	29.763	220	287.115	194.521

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as aplicações financeiras encontram-se em investimentos de renda fixa indexados à taxa de depósito interbancário - CDI.

As aplicações financeiras de liquidez imediata tiveram o rendimento médio de 102% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (Em 31 de dezembro de 2023 é de 104,8% do CDI).

As aplicações financeiras possuem vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, as quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos com outros propósitos.

6. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes (a)	24.221	28.822
Contas a receber regulatório	366	6.209
Circulante	24.587	35.031

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber regulatório	-	888
Não circulante	-	888

(a) As contas a receber de clientes correspondem contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs e Contrato de Energia de Reserva - CERs no curso normal das atividades da Companhia. O prazo para recebimento é inferior a um ano e, dessa forma, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ/CSLL – créditos fiscais não utilizados	1.097	2.609	3.690	3.732
IR sobre aplicação financeira	585	-	-	3
ISSQN	-	-	256	265
PIS	12	2	153	2
COFINS	54	8	706	8
Outros	177	-	285	31
Total	1.925	2.619	5.090	4.041
Circulante	827	26	2.876	222
Não circulante	1.098	2.593	2.214	3.819

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Seguros	2	2	4.399	2.819
Custos de transação - empréstimos e financiamentos (a)	-	-	-	3.900
Outras despesas antecipadas	-	153	-	191
Total	2	155	4.399	6.910

Circulante	2	155	4.399	3.010
Não circulante	-	-	-	3.900

(a) Em função da desistência do contrato de financiamento, os custos atrelados a captação da dívida, até então contabilizados como custo de transação no ativo, foram baixados para o resultado do exercício de 2024.

9. Depósitos vinculados (Conta reserva dos credores)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Conta corrente	24.271	23.325
Aplicações financeiras	46.799	45.510
Total	71.070	68.835

Circulante (a)	28.139	34.292
Não circulante (b)	42.931	34.543

(a) Compreendem aos valores vinculados referente as parcelas de curto prazo dos financiamentos e O&M.

(b) Compreendem aos valores vinculados referentes as parcelas de longo prazo dos financiamentos.

Os valores classificados como depósitos vinculados têm remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

10. Investimentos**a) Movimentação dos investimentos**

	Controladora
Em 31 de dezembro de 2022	1.278.771
Aumento/Integralização de capital controladas	704.292
Redução de capital mediante a entrega de ações (Nota 25)	(1.527.121)
Dividendos recebidos	(32.600)
Dividendos a receber	(11.156)
Resultado de equivalência patrimonial	48.636
Resultado de equivalência das operações descontinuadas	23.266
Outros movimentos	2.217
Em 31 de dezembro de 2023	486.305

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aumento/Integralização de capital controladas	102.391
Dividendos a receber (a)	(7.861)
Resultado de equivalência patrimonial	18.384
Aquisição da Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos (a)	20.250
Outros movimentos	(44)
Em 31 de dezembro de 2024	619.425

(a) Dividendos a receber

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Rio Energy Comercializadora de Energia S.A.	1.118	-
Copacabana Geração de Energia e Participações S.A	6.743	11.156
Total	7.861	11.156

(b) Combinação de negócios – aquisição da Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos 02 S.A. – projeto Urca Fase II (“Bom Jesus”)

Em 26 de junho de 2024, a Companhia, celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças com os vendedores: a RZM Investimentos e Participações S.A., Fernando Esteves de Meneses, Mauro Cavalcanti de Albuquerque, pelo qual adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos 02 S.A.

A empresa Bom Jesus Investimento Fotovoltaicos S.A. foi constituída em março de 2022 e é uma Sociedade Anônima pré-operacional com projetos de geração de energia fotovoltaica, com uma previsão de capacidade instalada de 225 MWp*, podendo chegar a 280 MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por nove empreendimentos, que têm por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado – ACR ou Ambiente de Contratação Livre – ACL.

*Informação não auditada

A aquisição da Bom Jesus faz parte da estratégia de crescimento do grupo Rio Energy, através da aquisição de projetos greenfield de geração de energia renovável que estejam maduros para financiamento, negociação com fornecedores e construção.

O preço de aquisição acordado entre as partes, em contrapartida à venda das Ações, foi de R\$ 20.250. O pagamento foi realizado em duas parcelas: a primeira parcela foi paga em 11 de julho de 2024, e a segunda parcela em 25 de outubro de 2024, totalizando 100% do montante quitado.

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e o ágio auferido na aquisição, de acordo com o laudo de Price Purchase Allocation realizado por empresa de consultoria especializada, são demonstrados como segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Cálculo da mais valia e do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill):

	Na data de aquisição
Valor de aquisição atribuído ao intangível (+)	20.250
Valor do intangível ajustado (-)	(684)
Mais valia bruta (=)	19.566
IRPJ e CSLL projetados (Goodwill)	6.652

O valor dos impostos diferidos, foi calculado com base na alíquota de 34% (IR e CSLL), incidentes sobre a amortização da mais-valia do Intangível, durante sua vida útil.

d) Desdobramento do custo de aquisição:

	Na data de aquisição
Patrimônio líquido contábil (aquisição de 100%)	684
Mais valia líquida	12.914
Goodwill	6.652
Contraprestação transferida	20.250

e) Resumo das informações financeiras

A tabela abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:

31 de dezembro de 2024						
Controladas	% Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	
Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.	100%	1.464.857	1.019.251	445.606	28.393	
Paraipaba Geração de Energia S.A.	100%	10.365	10	10.355	(360)	
Rio Energy Comercializadora de Energia S.A.	100%	18.250	2331	15.919	4.704	
Rio Energy Desenvolvimento de Renováveis S.A.	100%	8.062	230	7.832	(1.660)	
São Conrado Geração de Energia e	100%	118.048	25.494	92.554	(4.440)	
Urca Geração de Energia e Participações S.A.	100%	3.993	554	3.439	(7.805)	
Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos 02 Ltda	100%	922	320	602	(448)	
Sola Luzeiro X S.A	100%	84	-	84	-	
Sola Luzeiro XI S.A	100%	84	-	84	-	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sola Luzeiro XII S.A	100%	84	-	84	-
Sola Luzeiro XIII S.A	100%	84	-	84	-
Sola Luzeiro XIV S.A	100%	46	-	46	-
Sola Luzeiro XV S.A	100%	84	-	84	-
Sola Luzeiro XVI S.A	100%	84	-	84	-
Sola Luzeiro XVIII S.A	100%	46	-	46	-
Subtotal		1.625.09	1.048.19	576.903	18.384

Mais valia de ativos na aquisição Urca Geração de Energia e Participações S.A.				4.866	
Ágio na aquisição Urca Geração de Energia e Participações S.A. (a)				18.090	
Mais valia de ativos na aquisição Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos 02 LTDA				12.914	
Ágio na aquisição Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos 02 LTDA (a)				6.652	
Ágio nos Investimentos				42.522	
Total		1.625.09	1.048.19	619.425	18.384

31 de dezembro de 2023

Controladas	% Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.	100%	1.442.483	1.018.529	423.954	46.974
Paraipaba Geração de Energia S.A.	100%	10.505	99	10.406	(512)
Rio Energy Comercializadora de Energia S.A.	100%	30.575	18.242	12.333	8.256
Rio Energy Desenvolvimento de Renováveis S.A.	100%	8.598	267	8.331	(2.907)
São Conrado Geração de Energia e	100%	4.199	899	3.300	(730)
Urca Geração de Energia e Participações S.A.	100%	5.586	605	4.981	(2.445)
Subtotal		1.501.946	1.038.641	463.305	48.636
Mais valia de ativos na aquisição Urca Geração de Energia e Participações S.A.				4.866	
Ágio na aquisição Urca Geração de Energia e Participações S.A. (a)				18.134	
Ágio nos Investimentos				23.000	
Total		1.501.946	1.038.641	486.305	48.636

- (a) Conforme o CPC-01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para o propósito do teste de redução ao valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), adquirido em combinação de negócios, deve ser incluído ao valor contábil das suas respectivas unidades geradoras de caixa - UGC, a administração concluiu que em 31 de dezembro de 2024, que não existe a necessidade de registrar qualquer provisão para perda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

	Consolidado											
	Aerogeradores	Obras civis	Obras elétricas	Custos financeiros	Outros imobilizados	Linha de Transmissão	Provisão para Desmobilização	Custos ambientais	Custo de transação	Direito de uso	Imobilizado em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2022	1.871.838	276.495	166.184	135.509	106.927	52.104	7.103	12.566	23.618	105.666	672.451	3.430.461
Adições	9.969	3.336	1.300	-	4.092	-	1.132	-	-	1.332	415.320	436.481
Baixas	(5.354)	-	-	-	(445)	-	-	-	-	(42)	-	(5.841)
Depreciação	(69.295)	(10.343)	(6.145)	(3.105)	(5.170)	(2.073)	(368)	(438)	(1.008)	(3.715)	-	(101.660)
Redução de capital (Nota 25)	(1.059.598)	(160.182)	(96.818)	(76.139)	(69.079)	(12.926)	(3.115)	(2.651)	690	(64.520)	(1.084.173)	(2.628.511)
Em 31 de dezembro de 2023	747.560	109.306	64.521	56.265	36.325	37.105	4.752	9.477	23.300	38.721	3.598	1.130.930
Adições	-	-	-	-	365	-	1.197	-	-	420	109.449	111.431
Baixas	-	-	-	-	(75)	-	-	-	-	(100)	(97)	(272)
Depreciação	(30.679)	(4.488)	(2.652)	(2.309)	(2.287)	(1.523)	(311)	(354)	(934)	(3.411)	-	(48.948)
Em 31 de dezembro de 2024	716.881	104.818	61.869	53.956	34.328	35.582	5.638	9.123	22.366	35.630	112.950	1.193.141

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado											Total
	Aerogeradores	Obras civis	Obras elétricas	Custos financeiros	Outros imobilizados	Linha de Transmissão	Provisão para Desmobilização	Custos ambientais	Custo de transação	Direito de uso	Imobilizado em andamento	
Custo	920.365	134.384	79.507	69.243	50.360	45.646	9.329	10.792	28.052	49.866	3.598	1.401.142
Depreciação acumulada	(172.805)	(25.078)	(14.986)	(12.978)	(14.035)	(8.541)	(4.577)	(1.315)	(4.752)	(11.145)	-	(270.212)
Em 31 de dezembro de 2023	747.560	109.306	64.521	56.265	36.325	37.105	4.752	9.477	23.300	38.721	3.598	1.130.930
Custo	920.365	134.384	79.507	69.243	50.650	45.646	10.526	10.792	28.052	50.186	112.950	1.512.301
Depreciação acumulada	(203.484)	(29.566)	(17.638)	(15.287)	(16.322)	(10.064)	(4.888)	(1.669)	(5.686)	(14.556)	-	(319.160)
Em 31 de dezembro de 2024	716.881	104.818	61.869	53.956	34.328	35.582	5.638	9.123	22.366	35.630	112.950	1.193.141

Análise de perda ao valor recuperável dos ativos de longo prazo

A administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, concluindo que em 31 de dezembro de 2024 não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados indicadores de potencial impairment sobre o ativo imobilizado do Grupo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

Os estudos e projetos consistem em direitos de uso que foram necessários para o desenvolvimento dos projetos eólicos de sua controlada, que hoje está em fase operacional e de suas controladas que estão em fase pré-operacionais.

	Consolidado			
	Servidão de passagem	Estudos e projetos	Ágio	Total
Em 31 de dezembro de 2022	8.629	133.689	18.090	160.408
Adições	180	7.291	-	7.471
Amortização	(565)	(4.592)	-	(5.157)
Redução de capital (nota 22)	(6.317)	(66.670)	-	(72.987)
Em 31 de dezembro de 2023	1.927	69.718	18.090	89.735
Adições	496	25.444	6.652	32.592
Amortização	(117)	(3.020)	-	(3.137)
Em 31 de dezembro de 2024	2.306	92.142	24.742	119.190

	Consolidado			
	Servidão de passagem	Estudos e projetos	Ágio	Total
Custo	2.522	84.814	18.090	105.426
Depreciação acumulada	(595)	(15.096)	-	(15.691)
Em 31 de dezembro de 2023	1.927	69.718	18.090	89.735
Custo	3.018	110.258	24.742	138.018
Depreciação acumulada	(712)	(18.116)	-	(18.828)
Em 31 de dezembro de 2024	2.306	92.142	24.742	119.190

13. Fornecedores e outras obrigações

A rubrica de contas a pagar com fornecedores refere-se principalmente a:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores (a)	3.190	1.770	34.386	18.631
Provisões de compra de energia	-	-	-	5.879
Mercado de Curto Prazo - MCP a pagar	-	-	38	-
Total	3.190	1.770	34.424	24.510
Circulante	3.190	1.770	34.424	13.332
Não circulante (b)	-	-	-	11.178

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Em 2024, em razão do início e avanço da construção do complexo SDB Solar, as obrigações das companhias Solar São Conrado IV, V, VI e VII aumentaram significativamente. Os valores se concentram em obrigações devidas a alguns dos principais fornecedores da obra, sobretudo pelo fornecimento dos Trackers e da estrutura Balance of System (BOS) do parque.
- b) O compromisso financeiro de longo prazo referente ao pagamento ao fornecedor está vinculado à compra de energia realizada em 2023 pela Rio Energy Comercializadora de Energia S.A, conforme contrato estabelecido com a ABC Brasil Comercializadora. Em 2024, a última obrigação contratual referente a esse contrato era de venda de energia para a mesma contraparte, envolvendo volume e preço equivalentes. Em 31 de dezembro de 2024 foi realizado encontro de contas para garantir o cumprimento dos termos contratuais. Em consonância com as estratégias de comercialização do grupo Equinor, a Danske Commodities Comercializadora de Energia passa a ser responsável pelas operações de compra e venda de energia.

14. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Financiamentos BNDES	760.149	797.942
(-) Custos de transação	(19.788)	(21.637)
Total	740.361	776.305
Passivo circulante	46.512	67.376
Passivo não circulante	693.849	708.929

a) Empréstimos e financiamento

Controladas	Instituição Financeira	Modalidade	Assinatura do Contrato	Vencimento	Taxa (a.a.)	Consolidado		Valor do contrato
						31/12/2024	31/12/2023	
Eólica SDB II	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	13/03/2017	15/05/2035	TJLP + 2,48%	106.358	111.674	118.200
Eólica SDB VI	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	13/03/2017	15/05/2035	TJLP + 2,48%	82.464	86.560	91.562
Eólica SDB VII	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	13/03/2017	15/05/2035	TJLP + 2,48%	96.505	101.299	107.335
Eólica SDB VIII	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	13/03/2017	15/05/2035	TJLP + 2,48%	93.882	98.545	105.450
Eólica SDB IX	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	13/03/2017	15/05/2035	TJLP + 2,48%	89.436	93.878	100.192
Eólica SDB X	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	13/03/2017	15/05/2035	TJLP + 2,48%	98.258	103.139	109.319
Eólica SDB XI	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	13/03/2017	15/05/2035	TJLP + 2,48%	92.201	96.781	102.573
Eólica SDB XII	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	13/03/2017	15/05/2035	TJLP + 2,48%	101.045	106.065	113.287
Subtotal						760.149	797.941	847.918
Custo de transação						(19.788)	(21.636)	-
Total						740.361	776.305	847.918

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Custo de transação

Os custos de transação da dívida, compreendendo comissões pagas a agentes financeiros (bancos coordenadores) responsáveis pela captação foram contabilizados em conta redutora de empréstimo no exercício como Custo de transação.

c) Garantias

c.1) BNDES

Como garantia do pagamento dos financiamentos com o BNDES, as controladas da Companhia apresentaram (i) os direitos emergentes dos contratos de fornecimento e de operação e manutenção das turbinas e dos CCEARs, incluindo os direitos creditórios decorrentes das autorizações concedidas por meio de portarias emitidas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") para produção independente de energia; (ii) contrato de penhor de máquinas e equipamentos e outras avenças; (iii) Contrato de penhor de ações da holdings e controladas; (iv) cessão fiduciária dos direitos de crédito a elas relacionados, inclusive os recursos nelas depositados; e (v) fianças bancárias de 100% dos financiamentos até a Conclusão Financeira (atingimento dos índices).

c.2) Empréstimos de curto prazo

Rio Energy Participações S.A

No dia 1 de julho de 2022, foi contratada a 1ª (primeira) emissão, em série única, de notas comerciais escriturais da Rio Energy Participações S.A., no valor total de R\$ 400.000 (quatrocentos milhões de reais), emitidas em 04 de julho de 2022, com vencimento em 04 de julho de 2023. Os recursos da emissão foram utilizados para a liquidação da 1ª (primeira) emissão, em série única, de notas promissórias comerciais da Rio Energy Participações S.A., no valor total de R\$ 355.000 trezentos e cinquenta e cinco milhões de reais, parcela única, emitidas em 02 de julho de 2021, com vencimento em 02 de julho de 2022. As notas promissórias comerciais não contam com quaisquer garantias reais ou fidejussórias. Em 15 de fevereiro de 2023, foi realizado o resgate antecipado da Nota Promissória Comercial emitidas pela Companhia no valor total de R\$ 407.924.

d) Compromissos contratuais (Covenants)

Condições restritivas dos financiamentos BNDES:

Controladas	Descrição	Modalidade	Índice de cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)
Eólicas Serra da Babilônia	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	1,3

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A. (Eólicas Serra da Babilônia)

A dívida obtida junto ao BNDES possui cláusulas contratuais que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida do ano de referência com base em informações financeiras registradas nas demonstrações financeiras anuais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Copacabana e Eólicas Serra da Babilônia atingiram os indicadores requeridos contratualmente.

e) Depósitos vinculados para garantia das operações

Os depósitos vinculados referem-se a contas correntes e aplicações financeiras vinculadas a parcela de curto prazo dos financiamentos.

f) Quadro de movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Controladora	
Saldo em 31/12/2022	412.556
Juros incorridos (resultado)	8.740
Amortização dos custos de transação (resultado)	3.448
Liquidação empréstimos e financiamentos (Principal e juros)	(424.744)
Saldo em 31/12/2023	-
Consolidado	
Saldo em 31/12/2022	2.882.692
Captação empréstimos	86
Juros incorridos e atualização (resultado)	156.894
Juros capitalizados	26.131
Amortização dos custos de transação (resultado)	12.379
Custo de transação	(2.000)
Liquidação empréstimos e financiamentos (Principal e juros)	(901.268)
Redução de capital (Nota 25)	(1.398.609)
Saldo em 31/12/2023	776.305
Juros incorridos e atualização (resultado)	69.837
Amortização dos custos de transação (resultado)	1.847
Liquidação empréstimos e financiamentos (Principal e juros)	(107.628)
Saldo em 31/12/2024	740.361

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024

	BNDES
1º de janeiro de 2025 a 31 dezembro de 2025	48.357
1º de janeiro de 2026 a 31 dezembro de 2026	52.480
1º de janeiro de 2027 a 31 dezembro de 2027	56.924
1º de janeiro de 2028 a 31 dezembro de 2028	61.744
1º de janeiro de 2029 a 31 dezembro de 2029	66.973
1º de janeiro de 2030 a 15 de maio de 2035	473.671
Subtotal	760.149
Custo de transação	(19.788)
Total	740.361

15. Debêntures

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures de infraestrutura	149.101	145.545
Total	149.101	145.545
Passivo circulante	3.634	3.465
Passivo não circulante	145.467	142.080

a) Debêntures de infraestrutura

	Consolidado							
	Controladas	Modalidade	Assinatura do Contrato	Vencimento	Taxa (a.a.)	31/12/2024	31/12/2023	Valor do contrato
Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.		Debêntures de infraestrutura	10/08/2018	15/04/2033	IPCA + 8,4717%	149.101	145.545	127.780

b) Custo de transação

Os custos de transação das debêntures, compreendendo comissões pagas a agentes financeiros responsáveis pela captação foram contabilizados em conta redutora das debêntures no exercício como custo de transação.

c) Garantias

Como garantia do pagamento das debêntures com a Pentágono DTVM S.A, na qualidade de Agentes Fiduciários representando os debenturistas (Agentes Fiduciários), a Companhia apresentou: (i) os direitos emergentes dos contratos de fornecimento e de operação e manutenção das turbinas e dos CCEARs, incluindo os direitos creditórios decorrentes das autorizações concedidas por meio de portarias emitidas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) para produção independente de energia; (ii) o contrato de penhor de máquinas e equipamentos e outras avenças; (iii)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o contrato de penhor de ações da holdings e controladas; e (iv) a cessão fiduciária dos direitos de crédito a elas relacionados, inclusive os recursos nelas depositados.

d) Compromissos contratuais (Covenants)

Condições restritivas das debêntures:

Controladas	Descrição	Modalidade	Índice de cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)
Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.	Debêntures	Debêntures de Infraestrutura	1,3

As informações de cumprimento dos ICSD estão mencionadas no item (d) da Nota 14.

e) Quadro de movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures é como segue:

Consolidado	
Saldo em 31/12/2022	199.893
Juros incorridos e atualização (resultado)	24.791
Liquidação de debêntures	(21.616)
Redução de capital (Nota 25)	(57.523)
Saldo em 31/12/2023	145.545
Juros incorridos e atualização (resultado)	19.186
Liquidação de debêntures	(15.630)
Saldo em 31/12/2024	149.101

f) Cronograma de amortização das debêntures em 31 de dezembro de 2024

Consolidado	
	Total
1º de janeiro de 2025 a 31 dezembro de 2025	3.634
1º de janeiro de 2026 a 31 dezembro de 2026	3.634
1º de janeiro de 2027 a 31 dezembro de 2027	5.451
1º de janeiro de 2028 a 31 dezembro de 2028	9.085
1º de janeiro de 2029 a 15 abril de 2033	127.297
Total	149.101

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Arrendamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamento (terrenos de parques eólicos: Copacabana)	-	-	44.362	45.781
Arrendamento (escritório da Companhia no bairro Jardim Botânico - RJ)	207	1.020	207	1.021
	207	1.020	44.569	46.802
Passivo circulante	207	837	4.939	5.357
Passivo não circulante	-	183	39.630	41.445

Arrendamento (terrenos de parques eólicos - Copacabana e escritório do Grupo Rio Energy no bairro do Jardim Botânico - Rio de Janeiro)

As controladas arrendam terrenos onde são instalados os parques eólicos e vincula parte do arrendamento aos contratos de venda de energia. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos.

A Companhia também arrenda as salas comerciais, com contrato vigente de cinco anos, onde está a sede do Grupo Rio Energy no Jardim Botânico, RJ.

O requisito produziu os seguintes impactos na contabilização dos ativos e passivos, conforme demonstrado abaixo:

Balança patrimonial	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Direito de uso de ativo (ou dos terrenos)	50.188	49.867
Depreciação acumulada	(14.558)	(11.146)
Total do ativo	35.630	38.721
Passivo		
Circulante		
Passivo de arrendamento	4.939	5.357
Não circulante		
Passivo de arrendamento	39.630	41.445
Total do passivo	44.569	46.802

O ativo decorrente do direito de uso está demonstrado na nota explicativa nº 11. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos contratuais mínimos de aluguel, trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Controlada	Objeto	Localidade	Vencimento do contrato	Taxa % a.a.
Eólicas Serra da Babilônia	Terrenos parque eólico	Bahia	Out/2038	8,98%
Rio Energy Participações	Salas de escritório	Rio de Janeiro	Fev/2025	4,70%

Passivo de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	125.531
Juros incorridos (resultado)	7.942
Pagamentos	(10.647)
Ajuste inflação	1.289
Redução de capital (Nota 25)	(77.313)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	46.802
Juros incorridos (resultado)	3.233
Pagamentos	(5.786)
Ajuste inflação	(100)
Remensuração	420
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024	44.569

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Vencimento das prestações	
Menos de 1 ano	4.915
Entre 1 e 3 anos	10.100
Entre 3 e 5 anos	10.880
Acima de 5 anos	58.313
Subtotal	84.208
Valores não descontados	
Juros embutidos	(39.639)
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024	44.569

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2022	105.666
Despesa de amortização	(3.715)
Ajuste inflação	1.289
Redução de capital (Nota 25)	(64.519)
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2023	38.721
Despesa de amortização	(3.411)
Ajuste inflação	(100)
Remensuração	420
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2024	35.630

As controladas da Companhia que tributam pelo lucro real possuem contrato de arrendamento com pessoas físicas, portanto não possuem PIS e COFINS a recuperar embutidos na contraprestação de arrendamento.

17. Obrigações fiscais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações trabalhistas	17.924	21.660	20.509	24.640
IRPJ a pagar	-	806	2.000	3.792
CSLL a pagar	-	-	1.785	1.607
PIS e COFINS a pagar	11	83	1.157	1.578
ICMS, ISS terceiros	1	4	426	46
PIS, COFINS, IR e CS terceiros	27	60	350	218
INSS	2	34	562	294
Outras obrigações fiscais	-	38	-	55
Total	17.965	22.685	26.789	32.230
Circulante	15.042	16.366	22.382	24.870
Não circulante	2.923	6.319	4.407	7.360

18. Adiantamento de clientes

	Consolidado	
	2024	2023
Adiantamento de clientes	7.826	-
Total	7.826	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Refere-se aos valores recebidos pelos clientes nos contratos regulados quando o montante pago ultrapassa a quantidade de energia entregue no mesmo período, devido à natureza sazonal da geração e ao fluxo de caixa linear dos contratos.

19. Provisão de ressarcimento regulatório

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para ressarcimento regulatório	31.443	2.787
Total	31.443	2.787
Passivo circulante	-	2.787
Passivo não circulante	31.443	-

A movimentação é evidenciada abaixo:

Provisão para ressarcimento regulatório de 2023	2.787
Pagamentos	(2.787)
Ressarcimento anual (ano contratual 2024)	31.443
Provisão para ressarcimento regulatório de 2024	31.443

Provenientes de contratos de geração de energia firmados no mercado regulado, onde existem cláusulas que obrigam as controladas, no caso de geração abaixo do contrato, a ressarcir os respectivos valores aos compradores.

Para a apuração das provisões para ressarcimento regulatório foram consideradas as quantidades de energia restringidas do Complexo Eólico pelo Operador Nacional do Sistema – ONS (constrained-off). A Companhia reconheceu apenas as restrições que o operador considera como reembolsáveis para a Companhia e os montantes de ressarcimento apurados em 2024 foram deduzidos de tal reconhecimento. Os valores de ressarcimento só deverão ser cobrados quando a CCEE divulgar e recontabilizar os montantes. Em 31 de dezembro de 2024 a CCEE não havia divulgado o calendário para cobranças desses ressarcimentos.

20. Partes relacionadas

20.1. Operações de comercialização de energia intragrupo

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023

Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos 02 LTDA

74

-

Em 2024, em função do avanço da construção do projeto SDB Solar (São Conrado), foi-se constituído o contrato de consórcio entre as empresas que compõem o complexo, sendo elas: Solar São Conrado IV (na qualidade de líder do consórcio), Solar São Conrado V, Solar São Conrado VI e Solar São Conrado VII. O antigo contrato de consórcio do complexo solar São Conrado foi aditado e passou a ser composto somente pelas empresas correspondentes ao projeto

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Solar Caetité, sendo elas: Solar São Conrado I (na qualidade de líder do consórcio), Solar São Conrado II e Solar São Conrado III.

20.2. Remuneração dos administradores

Resultado	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração bruta total e benefícios	17.172	22.212

21. Tributos diferidos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL diferido(a)	6.652	-
Total	6.652	-

(a) Conforme o laudo de Alocação do Preço de Compra (PPA) em novembro de 2024, foi apurado um valor bruto de R\$ 19.566 referente à mais-valia do ativo intangível relacionado a compra de Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos 02 S.A. Após a dedução de tributos diferidos, o valor líquido do referido ativo intangível foi ajustado para R\$ 12.914. A dedução dos tributos diferidos foi calculada com base na alíquota de 34%, referente ao Imposto de Renda (IR) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), aplicáveis à amortização da mais-valia do ativo intangível ao longo de sua vida útil.

22. Provisões socioambientais

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.881
Redução de capital (Nota 25)	(2.829)
Atualização	(183)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.869
Atualização	(766)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.103

Com a finalidade de atender ao preconizado na orientação OCPC 05 (Contrato de Concessão, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)), a Companhia registrou os custos ambientais futuros decorrentes da Licença Prévia ("LP"), da Licença de Instalação ("LI") e programas ambientais, reconhecendo em seus ativos e passivos o valor presente das respectivas obrigações. Trata-se de custos referentes a compensação ambiental dos empreendimentos (SDB fase 1). A compensação ambiental é uma exigência legal (Lei nº 9.985/2000) nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório (EIA/RIMA).

A Companhia vem provisionando os valores referentes à compensação ambiental de acordo com a exigência legal e em 2022 ajustou a referida provisão devido a notificação do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA).

Em 2024 a companhia não recebeu novas notificações, ocorrendo apenas a atualização do IPCA conforme decreto 22.087.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Provisão para desmobilização

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Desmobilização aerogerador	19.900	15.930
Desmobilização infraestrutura elétrica	1.100	1.259
Total	21.000	17.189

Conforme determinado em contratos com proprietários de terras, considerada a entrada em operação das controladas do Grupo Copacabana, foi provisionado pela Companhia o valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos e pela restauração e recuperação dos terrenos. A estimativa foi mensurada utilizando o valor presente (AVP) dos gastos necessários para liquidar a obrigação, pelo período de 30 anos, usando uma taxa de desconto. A taxa de desconto utilizada para o valor presente dos fluxos de caixa é uma taxa de juros livre de risco, sendo utilizada na Rio Energy no momento do reconhecimento da provisão, a taxa dos títulos do governo brasileiro com vencimento em 10 anos (NTNF).

Abaixo o quadro com as taxas utilizadas para cada projeto.

Projeto	Título	Taxa
Serra da Babilônia Fase 1 (Copacabana)	NTNF 2029	13,00 % a.a

As estimativas incluem desmobilização de todos os bens equipamentos de geração, medição instalados e afixados nos terrenos que sejam relacionados à Companhia.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	17.419
Atualização da provisão para desmobilização Copacabana	1.133
Despesa financeira	3.275
Redução de capital (Nota 25)	(4.638)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.189
Atualização da provisão para desmobilização Copacabana	1.197
Despesa financeira	2.614
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.000

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 foi aprovada a redução de R\$ 202.641 do capital social da Rio Energy Participações S.A., sem alteração do número de ações, por meio da absorção dos prejuízos acumulados.

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 698.589, representado por 1.904.286 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 690.598,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

representado por 1.904.286 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

24.1.1. Efeitos Contábeis de transações com sócio

Em 09 de agosto de 2023 foi realizada a ata da Assembleia Geral Extraordinária que continha como ordem do dia a análise, discussão e deliberação sobre a redução do capital social da Companhia no valor total de R\$ 1.516.629, sem cancelamento de ações, mediante a entrega à única acionista da Companhia da totalidade das ações representativas do capital social das empresas Lagoa Geração de Energia e Participações S.A., Ipanema Geração de Energia e Participações S.A., Jardim Botânico Geração de Energia e Participações S.A., Humaitá Geração de Energia e Participações S.A. e Pontal Geração de Energia e Participações S.A.. A redução do capital social da Companhia aprovada se tornaria efetiva após determinadas condições.

Conforme laudo de avaliação, as empresas supracitadas tiveram o valor do Patrimônio Líquido determinado baseado no balancete patrimonial analítico encerrado em 31 de julho de 2023 e tais condições de eficácia foram cumpridas em 03 de novembro de 2023. A variação do Patrimônio Líquido apurado no laudo de avaliação e o cumprimento das condições de eficácia gerou a contabilização dos ajustes de transações com sócio no valor de R\$ 10.492.

24.2. Aumentos do Capital social no exercício

Valores em reais - 2023

Data da AGE	Quantidade de ações (unidade)	Valor Unitário (Em Reais)	Valor Total (Em Reais)	Controlador que realizou o aumento de capital
19/01/2023	3.760.000	R\$ 1,0000	R\$ 3.760.000,00	Hórus
06/03/2023	293.111.103	R\$ 1,0000	R\$ 293.111.103,00	Hórus
31/03/2023	639.657.899	R\$ 1,0000	R\$ 639.657.899,00	Hórus
07/07/2023	126.530.000	R\$ 1,0000	R\$ 126.530.000,00	Hórus
31/07/2023	58.000.000	R\$ 1,0000	R\$ 58.000.000,00	Hórus
Total	1.121.059.002	-	R\$ 1.121.059.002,00	-

Valores em reais - 2024

Data da AGE	Quantidade de ações (unidade)	Valor Unitário (Em Reais)	Valor Total (Em Reais)	Controlador que realizou o aumento de capital
01/04/2024	16.160.700	R\$ 1,0000	16.160.700,00	Hórus
19/08/2024	115.700.763	R\$ 1,0000	115.700.763	Hórus
31/12/2024	78.770.000	R\$ 1,0000	78.770.000,00	Hórus
Total	210.631.463	R\$ 1,0000	R\$ 210.631.463,00	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.3. Controladores

Composição acionária da Rio Energy Participações em 31 de dezembro de 2024:

Controlador	Participação (%)
Hórus Investimentos	100%
Total	100%

24.4. Política de distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos das empresas da Companhia obedecerá às destinações de seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades Anônimas. As destinações do lucro líquido das empresas da Companhia são demonstradas a seguir:

- (i) 5% para reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;
- (ii) constituição para reserva de contingências, se proposto pela administração e aprovado por Assembleia Geral;
- (iii) pagamento de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do Estatuto Social.
- (iv) retenção de reserva de lucros com base em orçamento de capital, se proposto pela administração e aprovado por Assembleia Geral; e
- (v) saldo de lucro líquido será objeto de distribuição de dividendos conforme proposto pela administração e deliberação da Assembleia Geral.

Os acionistas terão direito de receber, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 25% (vinte cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A.

Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral, aprovar destinar o acesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

A Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação dos lucros, observados os limites legais pertinentes.

25. Operações descontinuadas

Em 09 de agosto de 2023 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que continha como ordem do dia a análise, discussão e deliberação sobre a redução do capital social da Companhia no valor total de R\$ 1.516.629, sem cancelamento de ações, mediante a entrega à única acionista da Companhia, a Hórus Investimentos S.A., da totalidade das ações representativas do capital social das empresas Lagoa Geração de Energia e Participações S.A. (“LAGOA”), Ipanema Geração de Energia e Participações S.A. (“IPANEMA”), Jardim Botânico Geração de Energia e Participações S.A. (“JARDIM BOTÂNICO”), Humaitá Geração de Energia e Participações S.A. (“HUMAITÁ”) e Pontal Geração de Energia e Participações S.A. (“PONTAL”).

A transação se concretizou após cumprimento das condições necessárias que contemplavam aprovações regulatórias e de credores e em 03 de novembro de 2023, houve a redução de capital da Companhia pelo valor dos investimentos líquidos nas referidas das empresas no valor de R\$ 1.516.629, conforme o laudo de avaliação a valor contábil. A variação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

patrimonial entre a data de laudo utilizada para redução de capital e a data efetiva da transação, no valor de R\$ 10.492, foi reconhecida no patrimônio líquido.

Para a confecção do ato societário supracitado, as investidas tiveram seu Patrimônio Líquido avaliado em 31 de julho de 2023 e o seguinte panorama era avaliado nesta data:

CONTROLADAS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31/07/2023
LAGOA	120.342
IPANEMA	359.334
JARDIM BOTÂNICO	273.804
HUMAITÁ	759.954
PONTAL	3.195
Total	1.516.629
Variação patrimonial até 3 de novembro de 2023	10.492
Redução de capital da Companhia pelo valor dos investimentos líquidos	1.527.121

Abaixo demonstramos um sumário de ativos e passivos, o resultado e os fluxos de caixa das operações descontinuadas:

a) Sumário de ativos e passivos

	Consolidado
	Período de 1 de janeiro a 03 de novembro de 2023
Caixa e equivalentes de caixa	374.917
Depósitos vinculados	162.609
Contas a receber	45.806
Imobilizado	2.628.512
Intangível	72.987
Outros ativos	22.082
Total do ativo	3.306.913
Fornecedores	47.217
Empréstimos e financiamentos	1.398.608
Debêntures	57.524
Arrendamentos	77.313
Provisão para ressarcimento regulatório	166.494
Outros passivos	32.636
Total do passivo	1.779.792
Capital Social	1.868.128
Reservas	39.779
Prejuízos acumulados	(380.786)
Patrimônio Líquido	1.527.121

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Resultado líquido das operações descontinuadas

	Consolidado
	Período de 1º de janeiro a 03 de novembro de 2023
Receita líquida	293.211
Custos da energia vendida	(163.882)
Lucro bruto	129.329
Despesas operacionais	
Gerais e administrativas	(33.450)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.767
Resultado operacional	97.646
Receitas financeiras	59.439
Despesas financeiras	(113.908)
Resultado financeiro	(54.469)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	43.177
Imposto de renda e contribuição social correntes	(24.394)
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.484
Lucro do período / exercício	23.267

Os impactos na controladora são exclusivamente referentes ao resultado de equivalência patrimonial das controladas acima no montante de R\$ 23.267.

c) Fluxos de caixa gerados pelas (aplicado nas) operações descontinuadas

	2023
Caixa líquido gerados pelas atividades operacionais	172.150
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(404.721)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	289.852
Caixa líquido proveniente das operações descontinuadas	57.281

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional - geração de energia (a)	-	-	256.187	407.526
Receita – Prestação de serviço (b)	5.944	1.396	5.944	1.396
Outros	-	-	(709)	(2.391)
Impostos sobre vendas	(847)	(199)	(10.840)	(11.570)
Total	5.097	1.197	250.582	394.961

(a) A redução na receita operacional se dá devido à menor entrega de energia no exercício

(b) A partir de novembro de 2023 foi firmado um contrato de serviço entre Rio Energy Participações e Pontal geração de energia e Participações S/A.

27. Custos da energia vendida

	Consolidado	
	2024	2023
Depreciação e amortização	(49.218)	(49.084)
Compra de energia (a)	(4.432)	(133.475)
Custo com serviços de operação e manutenção	(28.588)	(27.358)
Custo de transmissão e energia	(13.434)	(12.751)
Outros custos operacionais	(5.384)	(2.205)
Total	(101.056)	(224.873)

(a) Em 2023, parte das compras de energia de operações continuadas foram com as mesmas empresas do grupo e que em 03 de novembro de 2023 passaram a não mais fazer parte do consolidado da Companhia (vide nota 25) e por isso não foram eliminadas.

28. Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Pessoal e encargos sociais	(52.899)	(69.481)	(60.958)	(80.437)
Consultorias e Assessorias (a)	(14.310)	(5.290)	(24.343)	(13.414)
Serviços gerais	(2.517)	(4.052)	(3.905)	(5.643)
Ocupações e bens	(925)	(841)	(2.364)	(1.034)
Manutenções e reparos	-	(12)	(7)	(114)
Depreciação e amortização	(2.065)	(967)	(2.868)	(1.885)
Impostos e taxas	(255)	(199)	(1.909)	(2.062)
Seguros	-	(69)	(3.632)	(4.010)
Viagens	(1.472)	(1.047)	(3.233)	(1.358)
Publicidade	(290)	(541)	(390)	(535)
Total	(74.733)	(82.499)	(103.609)	(110.492)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Em 2024, a implementação do sistema SAP resultou em um aumento nas despesas relacionadas a consultorias, licenciamento, manutenção do SAP, honorários de consultores e outras despesas correlatas. Além disso, foram registradas despesas associadas à entrada dos colaboradores temporários (Secondees) da Equinor.

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas sobre aplicação financeira	2.879	5.151	31.406	30.416
Outras	145	266	178	601
Receitas financeiras	3.024	5.417	31.584	31.017
Juros sobre financiamentos	-	-	(69.837)	(74.418)
Juros sobre debêntures	-	-	(19.186)	(18.347)
Multa regulatória	-	-	(6.578)	-
Amortização dos custos de transação (a)	-	(3.448)	(5.748)	(5.292)
Fianças bancárias (b)	-	(25)	(3.630)	(469)
Juros sobre desmobilização	-	-	(2.614)	(2.825)
Juros sobre arrendamentos	(63)	(93)	(3.233)	(3.797)
Juros sobre empréstimos (c)	-	(8.740)	-	(8.740)
Outras despesas financeiras	(451)	(1.315)	(1.166)	(2.632)
Despesas financeiras	(514)	(13.621)	(111.992)	(116.520)
Resultado financeiro	2.510	(8.204)	(80.408)	(85.503)

- (a) Em função da desistência do contrato de financiamento de Urca e São Conrado, os custos atrelados a captação da dívida, até então contabilizados como custo de transação no ativo, foram baixados para o resultado do exercício de 2024.
- (b) Também em função da desistência do contrato de financiamento, as companhias efetuaram pagamentos de tarifas de cancelamento, as quais foram reconhecidas na linha de fianças bancárias.
- (c) Em 15 de fevereiro de 2023, foi realizado o resgate antecipado da Nota Promissória Comercial emitidas pela Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A abertura da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada como segue:

	Consolidado			
	IRPJ		CSLL	
	2024	2023	2024	2023
Total Imposto de renda e contribuição correntes	(9.793)	(10.322)	(4.480)	(4.728)
Total Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(9.793)	(10.322)	(4.480)	(4.728)

Impostos de renda de contribuição social apurados de controladas com base no regime presumido

	Consolidado			
	IRPJ		CSLL	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional	243.561	259.526	243.561	259.526
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	8%	12%	12%
Base de cálculo	19.485	20.762	29.227	31.143
Receitas financeiras	16.250	13.732	16.250	13.732
Ganho na venda de imobilizado	-	87	-	87
Alíquotas utilizadas para o cálculo	10% e 15%	10% e 15%	9%	9%
Total imposto de renda e contribuição social correntes	(8.742)	(8.454)	(4.093)	(4.047)

Impostos de renda de contribuição social apurados de controladas com base no regime lucro real

	Consolidado			
	IRPJ		CSLL	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda e contribuição corrente	(1.051)	(1.868)	(387)	(681)
Total	(1.051)	(1.868)	(387)	(681)

31. Instrumentos financeiros, gestão de riscos e valores justos

31.1. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, fornecedores, financiamentos e debêntures.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão descritos a seguir:

Ativos Financeiros	Nota	Mensuração	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos		Valor justo por meio do resultado	15	6	651	211
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	29.748	214	286.464	194.310
Caixa e equivalentes de caixa	5		29.763	220	287.115	194.521
Bancos		Valor justo por meio do resultado	-	-	24.271	23.325
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	-	-	46.799	45.510
Depósitos vinculados	9		-	-	71.070	68.835
Contas a receber	6	Custo amortizado	295	1.396	24.587	35.919
Dividendos a receber	10	Custo amortizado	7.861	11.156	-	-
Total dos ativos financeiros			37.919	12.772	382.772	299.275

Passivos Financeiros	Nota	Mensuração	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores e outras obrigações	13	Custo amortizado	3.190	1.770	34.424	13.332
Empréstimos e financiamentos	14	Custo amortizado	-	-	740.361	776.305
Debêntures	15	Custo amortizado	-	-	149.101	145.545
Passivos de arrendamento	16	Custo amortizado	207	1.020	44.569	46.802
Total dos passivos financeiros			3.397	2.790	968.455	981.984

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

31.2. Gestão dos riscos

A Companhia possui em sua estrutura uma área responsável pelo monitoramento de processos de controles, visando assegurar que as normas e procedimentos internos possuam um nível mínimo adequado de segurança aos registros efetuados.

A gestão de riscos é realizada pela área de risco e pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

A administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31.3. Riscos resultantes dos instrumentos financeiros

Os principais riscos que a Companhia possui exposição são os seguintes:

31.3.1. Risco de mercado

i) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros em decorrência de empréstimos de longo prazo por ele celebrados cujas obrigações financeiras estão atreladas a taxa flutuante denominada Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha os seus empréstimos e financiamentos estabelecidos da seguinte forma:

- Os financiamentos, do Grupo Copacabana (Eólicas Serra da Babilônia), com o BNDES, são atrelados à TJLP. A TJLP oficial, em 31 de dezembro de 2024, foi de 7,43% ao ano e no final do exercício de 2023 foi de 6,53% ao ano, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.
- A debênture é atrelada ao IPCA. O IPCA oficial, em 31 de dezembro de 2024 foi 4,83% ao ano e no final do exercício de 2023 foi de 4,62% ao ano, conforme estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Caso o CMN venha a aumentar as taxas de juros, ou tomar outras medidas de política monetária que resultem no aumento efetivo da TJLP e do IPCA, os encargos pagos pelas dívidas aumentarão, o que pode afetar adversamente os seus negócios e seus resultados.

ii) Risco de inflação

O Grupo está sujeito ao risco de inflação devido ao fato de grande parte de suas receitas operacionais e parte de seus financiamentos estarem atreladas ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possuía 100% de suas receitas contratuais atreladas à IPCA. As taxas de inflação, no Brasil, nos exercícios de 2024 e 2023, foram de 4,83% e 4,62% ao ano, respectivamente, conforme estabelecido pela IBGE. Caso haja diminuição da inflação, as receitas diminuirão o que poderá afetar negativamente os seus negócios e seus resultados. Como parte dos financiamentos são atrelados ao IPCA, parte da dívida é capaz de criar um hedge natural por conta da diminuição de receitas em relação ao IPCA.

iii) Risco de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

O PLD é calculado pela CCEE diariamente para cada hora do dia seguinte, considerando a aplicação dos limites máximos (horário e estrutural) e mínimo vigentes para cada exercício de apuração e para cada submercado.

O Grupo está sujeito ao risco do PLD:

- Os contratos de compra e venda de energia celebrados pelo Grupo no ambiente regulado preveem mecanismos onde geração de energia é apurada anualmente e em ciclos de quatro anos. Quando o leilão for de energia nova e a geração acumulada em determinado ano estiver acima da banda superior estabelecida, liquida-se o excedente a

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

esta banda com base no PLD. Analogamente, quando o leilão for de energia nova e a geração acumulada em determinado ano estiver abaixo da banda inferior, liquida-se o montante inferior a essa banda ao máximo entre o valor de contrato e o PLD médio do exercício.

- Em função do balanço energético liquidado na CCEE, e caso tenham diferenças entre os saldos dos contratos de compra e vendas de energia no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), tais diferenças, liquidam-se com base no PLD.

31.3.2. Risco de crédito

A Companhia está exposta à possibilidade de não receber os valores que lhe são devidos, seja dos seus clientes ou aqueles relacionados às aplicações financeiras.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que administração de referidos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela administração da Companhia.

A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas adotadas pela sua administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas vis-à-vis condições vigentes no mercado.

Em dezembro de 2024 e dezembro de 2023, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco.

31.3.3. Risco de liquidez

A Companhia está exposta à capacidade de liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade de pagamento, a previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar um caixa suficiente para atender aos compromissos da Companhia, assim como divulgado na nota explicativa nº 1.3 - Continuidade operacional.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontado.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
31 de dezembro de 2024				
Fornecedores e outras obrigações	3.190	-	-	-
	3.190	-	-	-
31 de dezembro de 2023				
Fornecedores e outras obrigações	1.770	-	-	-
	1.770	-	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
31 de dezembro de 2024				
Fornecedores e outras obrigações	34.424			
Empréstimos e financiamentos	108.616	217.358	217.357	588.669
Debênture	16.011	37.207	54.850	194.687
Passivos de arrendamento	4.915	10.100	10.880	58.313
	163.966	264.665	283.087	841.669
31 de dezembro de 2023				
Fornecedores e outras obrigações	25.052	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	132.105	259.933	258.969	462.702
Debêntures	23.884	45.578	52.859	176.568
Passivos de arrendamento	5.664	9.743	10.251	61.993
	186.705	315.254	322.079	701.263

31.4 Gestão de capital

31.4.1. Gestão do risco de capital

A política da Companhia ao administrar seu capital é a de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia no longo prazo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total dos financiamentos e arrendamentos deduzidos do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados registrados no balanço. O capital total é apurado somando-se o total do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A Diretoria Corporativa da Companhia revisa trimestralmente sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índice de alavancagem financeira

Índice de endividamento	Nota	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Total dos empréstimos e financiamentos	14	740.361	776.305
Total das debêntures	15	149.101	145.545
Total dos passivos de arrendamento	16	44.569	46.802
(-) Depósitos vinculados	9	(71.070)	(68.835)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(287.115)	(194.521)
(=) Dívida líquida		575.846	705.296
Total do patrimônio líquido	24	640.608	478.716
(=) Total do capital		1.216.454	1.184.012
Índice de alavancagem financeira		47%	60%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31.4.2 Objetivos com os riscos financeiros

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerando o julgamento da administração, foi requerida a interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

As condições financeiras e os resultados das futuras operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir.

Análise de sensibilidade

Em decorrência do histórico de volatilidade das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre seus ativos e passivos financeiros, demonstrando os eventuais impactos sobre o seu resultado em 31 de dezembro de 2024, com base em premissas consideradas prováveis. As variações consideradas para o cálculo do impacto em 31 de dezembro de 2024 foram das seguintes taxas: TJLP, CDI e IPCA.

(i) Variação na taxa de juros (TJLP)

Financiamentos BNDES atrelados a TJLP

Operação	Exposição Saldo em 31/12/2024	Consolidado			
		Risco	Impacto (Cenário provável)	Impacto Cenário A	Impacto Cenário B
Empréstimos e Financiamentos (*)	760.149	Aumento da taxa TJLP	4.105	19.232	34.435
Referência para financiamentos		Taxa de 31/12/2024	Taxa de 15/01/2025	25%	50%
TJLP (%)		7,43%	7,97%	9,96%	11,96%

(*) Valor bruto de custos de transação.

Demonstra o saldo total da dívida com o BNDES em 31 de dezembro de 2024, considerando a TJLP de 7,43%. Para o ano de 2025 consideramos uma expectativa de 7,97%, conforme site do BNDES, com estimativa média das duas últimas evoluções históricas da TJLP.

Em relação aos financiamentos, os cenários A e B consideram um aumento na taxa TJLP de 25% e 50%, respectivamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Variação na taxa do CDI

Aplicações financeiras

Controladora					
Operação	Exposição Saldo em 31/12/2024	Risco	Impacto (Cenário provável)	Impacto Cenário A	Impacto Cenário B
Ativos financeiros (*)	29.748	Queda da taxa CDI	818	(297)	(1.413)
Referência para ativos financeiros		Taxa de 31/12/2024	Taxa de 15/01/2025	25%	50%
CDI (%)		12,25%	15,00%	11,25%	7,50%

(*)Aplicações financeiras - caixa e equivalentes de caixa.

Consolidado					
Operação	Exposição Saldo em 31/12/2024	Risco	Impacto (Cenário provável)	Impacto Cenário A	Impacto Cenário B
Ativos financeiros (*)	333.262	Queda da taxa CDI	9.165	(3.333)	(15.830)
Referência para ativos financeiros		Taxa de 31/12/2024	Taxa de 15/01/2025	25%	50%
CDI (%)		12,25%	15,00%	11,25%	7,50%

(*)Aplicações financeiras - caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados.

Demonstra o saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024, considerando o acompanhamento da taxa Selic, com estimativa de 12,25%. Para o ano de 2025 consideramos uma expectativa de 15,00%, de acordo com a expectativa do mercado de 15 de janeiro de 2025.

Em relação as aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma queda na taxa CDI de 25% e 50%, respectivamente.

(iii) Variação na taxa do IPCA

Debêntures

Consolidado					
Operação	Exposição Saldo em 31/12/2024	Risco	Impacto (Cenário provável)	Impacto Cenário A	Impacto Cenário B
Debêntures (*)	149.101	Aumento IPCA	253	-	-
Referência para Debêntures a pagar		Taxa de 31/12/2024	Taxa de 15/01/2025	25%	50%
IPCA (%)		4,83%	5,00%	6,25%	0,00%

(*) Valor bruto de custos de transação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstra o saldo de debêntures a pagar em 31 de dezembro de 2024, considerando o acompanhamento do IPCA, com estimativa média de 4,83% ao ano. Para o ano de 2025 consideramos uma expectativa de 5,00% ao ano, de acordo com a expectativa do mercado de 15 de fevereiro de 2025.

Em relação as debêntures, os cenários A e B consideram um aumento na do IPCA de 25% e 50%, respectivamente.

31.5 Hierarquia do valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, clientes, financiamentos, fornecedores e derivativos NDF (*Non Deliverable Forward*) são equivalentes aos seus valores contábeis. Outros ativos e passivos de longo prazo também possuem valores equivalentes aos seus valores contábeis.

Apresenta-se abaixo a hierarquia dos valores justos dos ativos da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços).
- **Nível 3** - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Controladora					
Saldos em 31/03/2024	Nota	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5	29.748	-	29.748	-
		29.748	-	29.748	-

Controladora					
Saldos em 31/12/2023	Nota	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5	214	-	214	-
		214	-	214	-

Consolidado					
Saldos em 31/12/2024	Nota	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5	286.464	-	286.464	-
		286.464	-	286.464	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos em 31/12/2023	Nota	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5	194.310	-	194.310	-
		194.310	-	194.310	-

32. Provisão e Contingências

A Companhia constitui provisões para os processos judiciais, administrativos e arbitrais, em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Em dezembro de 2024 e dezembro de 2023 não há ações de naturezas tributária, cível, ambiental e trabalhista, envolvendo riscos de perda consideradas prováveis pela administração, com base na avaliação de seus assessores legais.

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos contingentes, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias (a)	37.935	35.129
Cíveis	13.305	12.770
Trabalhistas	386	34
Regulatório (b)	3.008	-
	54.634	47.933

- (a) Compreendem: Eólica Serra da Babilônia IX recebeu um auto de Infração de R\$ 11.545 lavrado pela Receita Federal do Brasil - RFB visando a cobrança de crédito tributário à título de IRRF sob o fundamento de um suposto pagamento sem causa/beneficiário. Foi impugnado pela Companhia em 19 de novembro de 2021, demonstrando que os referidos pagamentos foram efetuados a título de AFAC. Em 04 de maio de 2023, foi proferido acórdão por meio do qual o julgamento foi convertido em diligência para que a Copacabana seja intimada para apresentar alguns documentos. O Município de Morro de Chapéu, em 30/11/2023, lavrou 6 (seis) autos de infração em face das empresas Eólica Serra da Babilônia II, VI, VII, VIII, IX e X totalizando 17.827.
- (b) Autos de infração emitidos pela ANEEL, referentes a não conformidades resultantes do desempenho das eólicas da Serra da Babilônia no dia do apagão ocorrido em agosto de 2023, que afetou grande parte do sistema elétrico nacional. A administração da Companhia entende como improcedente as não conformidades e entrou com recursos administrativo junto a ANEEL para arquivamento destes autos.

33. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação.

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Início Vigência	Término Vigência	Limite máximo de Garantia (LMG)	Prêmio
Automóveis - Veículos frota	Colisão, incêndio e roubo/furto e responsabilidade civil	11/03/2024	11/03/2025	100% tabela Fipe	20
Empresa - Escritório do Grupo Rio Energy no bairro Jardim Botânico / RJ	Incêndio, explosão, danos elétricos, roubo de bens e outros riscos	16/06/2024	15/03/2025	3.272	3
Drone	Aeronáuticos	10/07/2024	10/07/2025	141	8
Drone	Aeronáuticos	16/05/2024	16/05/2025	60	6
Responsabilidade civil de Diretores e Administradores - Grupo Rio Energy	Responsabilidade civil D&O	02/09/2024	02/09/2025	40.000	47
Empresa - Alojamentos / BA	Incêndio, explosão, danos elétricos, roubo de bens e outros riscos	15/03/2024	15/03/2025	4.500	5
Complexo solar em construção: São Conrado IV	Risco de engenharia	01/09/2024	29/08/2025	459.280	623
Complexo solar em construção: São Conrado IV	Responsabilidade civil obras	01/09/2024	29/08/2025	50.000	259
Eólicas	Riscos nomeados e operacionais	01/09/2024	01/09/2025	601.325	4.482
Seguros garantia	Risco financeiro e performance	02/07/2024	19/12/2029	40.629	555
Seguros garantia	Risco financeiro e performance	30/04/2022	30/04/2026	2.569	127

34. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui estes contratos de longo prazo considerados relevantes:

Compromissos	2025	2026 em diante
Contratos de operação e manutenção (a)	32	32
Contratos de construção em andamento (b)	262.773	-
Encargos de uso do sistema de transmissão (c)	13.703	29.071
Total	276.508	29.103

- a) Contrato de operação e manutenção do aerogerador - O Grupo mantém contratos de operação e manutenção com terceiros.
- b) Contratos de construção em andamento das companhias: Solar São Conrado IV, V, VI e VII.
- c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) - Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contratos com o ONS. Os contratos têm vigência até o término das outorgas dos parques.

35. Eventos subsequentes

Em 23 de fevereiro de 2025 foi aprovada a redução de R\$75.000 (setenta e cinco milhões de reais) do capital social da controlada direta da Companhia, Copacabana Geração de Energia e Participações S.A, sem alteração no número de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ações, com devolução de recursos à Companhia.

36. Transações sem efeito caixa

Durante os exercícios de 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e que devem ser divulgadas:

	<u>Consolidado</u>
Imobilizado	25.704
Fornecedores	24.184
Arrendamento líquido	320
Provisão para desmobilização	1.197
